

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 664 e 665/2011 2

Atos Legislativos

Autógrafo - Projeto de Lei Complementar nº 024/2011 3

Autógrafo - Moção de Pesar nº 026/2011 3

Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2011 3

Projetos de Resoluções Legislativas nº 026 e 027/2011 5

Projeto de Resolução Legislativa nº 028/2011 6

Projeto de Resolução Legislativa nº 029/2011 7

Requerimento nº 058/2011 7

Requerimento nº 059/2011 8

Atos Legislativos - Atas de Sessões Plenárias

Ata da 2068ª Sessão Ordinária 8

Ata da 2069ª Sessão Ordinária 10

Ata da 2060ª Sessão Ordinária na Íntegra 11

Ata da 2061ª Sessão Ordinária na Íntegra 20

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 664/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RODRIGO DE HOLANDA MENEZES JUCÁ**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 16.11 a 18.11.2011, **com saída a partir das 13:00 horas do dia 16.11.2011**, aonde o mesmo participará de reunião com o Dr. Genildo Albuquerque, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, juntamente com o Superintendente de Comunicação desta Casa Legislativa e com o senador Romero Jucá, para tratar de assuntos referentes à Fundação Rio Branco, com ônus para este Poder.

 Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2011
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 665/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do servidor **MARCONE LÁZARO CABRAL, Superintendente de Comunicação**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 16.11 a 18.11.2011, **com saída a partir das 13:00 horas do dia 16.11.2011**, aonde o mesmo participará de reunião no Ministério das Comunicações, para tratar de assuntos referentes à TV ALE, com ônus para este Poder.

 Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2011
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26 de janeiro de 2011 e pela Lei Complementar nº 177, de 05 de maio de 2011, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo em comissão de Coordenador de Núcleo, código TJ/DCA-3, do Núcleo de Precatórios, cujas atribuições, vinculação administrativa e requisitos estão descritos no anexo A da presente Lei.

Art. 2º As atribuições e os requisitos do cargo em comissão de Assessor Estatístico, código TJ/DCA-6, passam a ser os descritos no anexo B da presente Lei.

Art. 3º Os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº. 142, de 29 de dezembro de 2008, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 175, de 26 de janeiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º [...]

[...]

II - (...)

j) Núcleo de Precatórios;

l) Comissão Permanente de Licitação; e

m) Escola do Judiciário.

Art. 4º Os anexos VI, VII e X da Lei Complementar nº 142, de 29 de dezembro de 2008, alterados pela Lei Complementar nº 177, de 05 de maio de 2011, passam a vigorar, respectivamente, de acordo com os Anexos C, D e E da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

 Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2011.
 Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Presidente
 Dep. **JALSER RENIER**
 1º Secretário
 Dep. **REMÍDIO MONAI**
 2º Secretário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11.

ANEXO A

TÍTULO DO CARGO: COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRECATÓRIOS – TJ/DCA-3

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Coordenar e fiscalizar as etapas de registro, cadastramento, análise, emissão de intimações a entidades devedoras, conferência e acompanhamento dos precatórios, em compatibilidade com a legislação em vigor.

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS:

- Assessorar o Presidente do Tribunal na observância da ordem cronológica de quitação dos precatórios, no âmbito de competência do Tribunal;
- Receber, registrar, analisar e conferir as peças exigidas para formação dos precatórios, certificando sua regularidade;
- Manter registro atualizado dos precatórios, segmentado por natureza e preferência;
- Preparar os ofícios requisitórios aos entes devedores;
- Expedir certidão, indicando os precatórios por ente, para fins de encaminhamento para inclusão no orçamento do exercício seguinte;
- Propor atos normativos que disciplinem procedimentos relativos ao processamento e ao cumprimento de precatórios, no âmbito do Tribunal;
- Promover a atualização permanente dos instrumentos e procedimentos inerentes à gestão de precatórios, em compatibilidade com as mudanças e inovações no ordenamento jurídico;
- Efetivar o levantamento de precatórios pendentes, solicitando às áreas competentes dados ou informações para agilizar sua tramitação no Tribunal;
- Proporcionar apoio técnico e administrativo ao Presidente e subsidiar o funcionamento de atividades que visem à conciliação, na quitação de precatórios;
- Manter controle das conciliações efetivadas, para baixa dos precatórios nos registros do Tribunal;
- Manter o pronto atendimento às partes, prestando as informações demandadas;
- Cumprir fielmente a legislação sobre a matéria, acompanhando as mudanças na legislação e na tecnologia disponível para aplicação no alcance dos objetivos do Núcleo;
- Exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

REQUISITOS: Certificado de nível superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

LOTAÇÃO: Núcleo de Precatórios.

VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA: Presidência.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11.

ANEXO B

TÍTULO DO CARGO: ASSESSOR ESTATÍSTICO – TJ/DCA-6

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Desenvolver atividades inerentes a cálculos estatísticos em geral, criação, análise e interpretação de índices, levantamentos, pesquisas, estudos e análise de dados.

DESCRIÇÃO DAS TAREFAS:

- Auxiliar na realização de levantamentos estatísticos e informações a serem encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça referente a insumos, dotação e graus de utilização; litigiosidade; acesso à justiça; perfil das demandas e atividades disciplinares e de correção;
 - Efetuar análises estatísticas e interpretações de dados, emitindo relatórios;
 - Comprovar a validade e a adequação aos objetivos específicos de novos métodos, fórmulas, sistemas de cálculos e outras técnicas, através da realização de estudos e/ou implementação;
 - Emitir pareceres técnicos e subsidiar, através de números, índices e de dados depurados, estudos, programas, planos e ações;
 - Executar outras atividades correlatas.
- REQUISITOS:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Estatística, emitido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo MEC e registro no órgão de classe correspondente.

LOTAÇÃO: Núcleo de Planejamento Estratégico e Estatística e Corregedoria Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11.

ANEXO C

ANEXO VI				
Cargos em Comissão				
Código	Cargo	Qtd.	Venc. Inicial	Sub Total
TJ/DCA-1	Secretário Geral	1	13.182,75	13.182,75
TJ/DCA-2	Secretário	5	11.718,00	58.590,00
TJ/DCA-3	Coordenador de Núcleo	3	7.927,36	23.782,07
TJ/DCA-3	Assessor Jurídico I	43	7.927,36	340.876,40
TJ/DCA-3	Gerente de Projetos de TI	3	7.927,36	23.782,07
TJ/DCA-4	Presidente de Comissão Permanente	2	6.746,68	13.493,35
TJ/DCA-4	Diretor de Secretaria	3	6.746,68	20.240,03
TJ/DCA-5	Assessor Jurídico II	46	5.903,35	271.553,95
TJ/DCA-6	Assessor de Cerimonial	1	5.566,01	5.566,01
TJ/DCA-6	Assessor de Comunicação Social	1	5.566,01	5.566,01
TJ/DCA-6	Assessor Estatístico	2	5.566,01	11.132,01
TJ/DCA-6	Assessor Militar	1	5.566,01	5.566,01
TJ/DCA-6	Chefe de Divisão	15	5.566,01	83.490,11
TJ/DCA-7	Assessor Especial I	10	5.228,68	52.286,80
TJ/DCA-7	Chefe de Serviços Gerais do Fórum	1	5.228,68	5.228,68
TJ/DCA-7	Chefe de Gabinete de Desembargador	13	5.228,68	67.972,84
TJ/DCA-8	Chefe de Seção	40	4.554,01	182.160,55
TJ/DCA-8	Coordenador	13	4.554,01	59.202,18
TJ/DCA-9	Assessor Especial II	27	3.710,68	100.188,46
TJ/DCA-10	Chefe da Seção Judiciária	13	2.968,54	38.591,05
TJ/DCA-11	Chefe de Gabinete de Juiz	31	2.530,01	78.430,45
TJ/DCA-11	Chefe de Gabinete Administrativo	11	2.530,01	27.830,16
TJ/DCA-12	Assessor Militar Adjunto	1	2.192,66	2.192,66
TJ/DCA-12	Membro de Comissão Permanente	6	2.192,66	13.155,98
TJ/DCA-12	Chefe de Segurança e Transporte de Gabinete	13	2.192,66	28.504,62
TOTAL		305		1.532.565,22

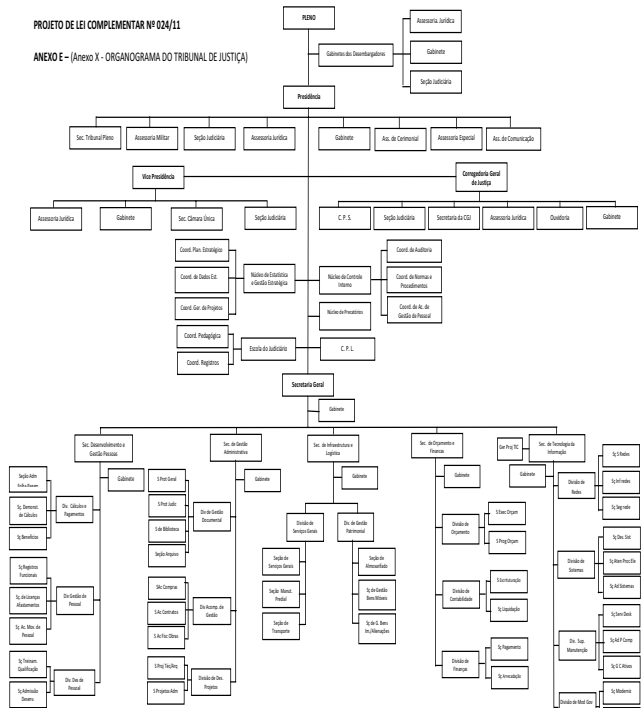
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11.

ANEXO D

Anexo VII		
Resumo do Quadro de Pessoal		
Cargos	Quantidade	Subtotal (R\$)
Efetivos	702	2.150.291,03
Comissionados	305	1.532.565,22
TOTAL	1007	3.682.856,25

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/11

ANEXO E – (Anexo X - ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)



AUTÓGRAFOS - MOÇÕES

MOÇÃO DE PESAR Nº 026/11
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento do **Senhor PEDRO CRUSCIAK**, ocorrido no dia 05 deste mês.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares daquele que em vida se chamou **Pedro Crusciak**.

O mesmo era agropecuarista e chegou no Estado de Roraima na década de 70, onde se instalou no município de Rorainópolis. Que o mesmo seja acolhido pela providência divina com muita luz.

Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2011.
Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
Presidente
Dep. **JALSER RENIER**
1º Secretário
Dep. **REMÍDIO MONAI**
2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO

- REPUBLICAÇÃO -

Republicamos o Projeto de Resolução Legislativa abaixo devido à incorreção em sua numeração.

O Projeto de Resolução Legislativa que “Regulamenta o Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE, com amparo no art. 7º da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro.”, foi publicado no Diário da Assembleia, Edição nº 1143, de 15/07/2011 com a numeração: Projeto de Resolução Legislativa nº 026/2011. **O correto é: Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2011.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 025/11
Regulamenta o Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE, com amparo no art. 7º da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro de 2003.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar o Fundo Especial do Poder

Legislativo Estadual - FUNESPLE, com amparo no art. 7º da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as normas para regulamentação do Fundo do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE, em anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 06 de julho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

ANEXO
NORMAS PARA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO
ESPECIAL
DO PODER LEGISLATIVO – FUNESPLE

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE, instituído pela Resolução nº 039/93, de 23 de dezembro de 2003, tem por finalidade suprir o Poder Legislativo dos recursos financeiros para fazer face a despesas com:

I - a concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento, descentralização e aprimoramento dos serviços afetos à Escola do Legislativo, à Fundação Rio Branco e à administração da Assembleia Legislativa;

II - a aquisição de equipamentos mobiliários e material permanente, para fins de suprimento dos serviços da Escola do Legislativo, da Fundação Rio Branco e da administração da Assembleia Legislativa;

III - a co-participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim o oferecimento de oportunidades à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização dos Parlamentares e dos servidores do Poder Legislativo;

IV - a implementação e operacionalização de sistemas de fiscalização de atos e programas de competência da Escola do Legislativo, da Fundação Rio Branco e da administração da Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO II

DAS RECEITAS E DAS DESPESAS DO FUNESPLE

SEÇÃO I

Das Receitas

Art. 2º As receitas do FUNESPLE são as previstas no art. 3º da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 3º Os recursos do FUNESPLE serão depositados em conta específica, em estabelecimento bancário oficial do Estado, sendo vedado o recebimento de quaisquer importâncias em seu nome por servidores do Poder Legislativo.

Art. 4º A arrecadação das receitas do FUNESPLE deverá ser efetuada através da Guia de Recolhimento, cuja disciplina ocorrerá através de atos próprios da Gestão Administrativa e Financeira do FUNESPLE, sendo vedada a utilização de quaisquer outros documentos de arrecadação.

SEÇÃO I

Das Despesas

Art. 5º Os recursos financeiros do FUNESPLE serão aplicados, em sua totalidade, nas ações previstas no art. 1º, incisos I, II, III e IV, deste Instrumento Normativo.

§1º Os bens adquiridos com recursos do FUNESPLE de que trata o Inciso II do art. 1º deste Instrumento Normativo serão incorporados ao patrimônio da ALE/RR.

§2º É vedada a utilização de recursos do FUNESPLE para pagamento de pessoal, a qualquer título, da ALE/RR, da Escola do Legislativo e da Fundação Rio Branco.

§3º Aplicam-se à administração financeira do FUNESPLE, no que couber, as regras da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e suas alterações, do Código de Contabilidade Pública, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações, sem qualquer prejuízo das demais normas pertinentes.

Art. 6º Todas as obrigações assumidas decorrentes de empenhos

feitos à conta de dotação orçamentária do FUNESPLE serão pagas com os recursos financeiros do seu caixa, formado com as receitas especificadas no art. 3º da Resolução nº 030/2003 e que funcionará independentemente do caixa dos recursos do orçamento da ALE/RR.

Art. 7º As despesas decorrentes de obrigações contraídas pelo FUNESPLE, uma vez autorizadas, serão classificadas, empenhadas, liquidadas e pagas através da Secretaria Financeira, que será responsável pela contabilidade exclusiva do fundo, seguindo seus critérios técnicos, e em consonância com as leis específicas.

Art. 8º O FUNESPLE terá um Plano de Contas com titulação própria, derivado do Plano de Contas do Estado, utilizado pela ALE/RR, e abrangerá todas as atividades ligadas à finalidade de sua gestão.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNESPLE

Art. 9º A gestão administrativa e financeira do FUNESPLE será realizada por um Comitê Gestor, que terá a seguinte composição:

I - Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, na condição de Presidente;

II - Coordenador Geral do FUNESPLE, como Vice-Presidente;

III - Presidente da ESCOLEGIS, como Membro;

IV - Presidente da FUNDALEGIS, como Membro;

V - Superintendente Legislativo, como Membro;

VI - Superintendente Administrativo, como Membro;

VII - Superintendente de Comunicação, como

Membro;

VIII - Consultor Geral da Assembleia Legislativa, como Membro.

§1º Os representantes serão designados pelo prazo de dois anos, admitida uma recondução.

§2º É vedada a remuneração, a qualquer título, pela participação no FUNESPLE.

Art. 10. À gestão administrativa e financeira do FUNESPLE compete:

I - definir o plano de gestão dos recursos disponibilizados ao fundo, compatibilizando com o Plano Plurianual e o Orçamento Anual;

II - decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros do fundo;

III - expedir instruções complementares a esta Resolução, com a finalidade de ordenar a aplicação dos recursos do FUNESPLE;

IV - elaborar as peças contábeis, financeiras e orçamentárias e o relatório anual de atividades do Fundo, com o apoio da Secretaria Financeira e do Controle Interno e Externo, visando à prestação de contas anual, na forma da Lei;

V - fiscalizar e controlar a arrecadação dos recursos financeiros que integram as receitas do FUNESPLE e as despesas consignadas.

Parágrafo único. Os atos e fatos administrativos e contábeis necessários à gestão do FUNESPLE serão apreciados pela Mesa Diretora da ALE/RR, para sua devida aprovação.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. O FUNESPLE prestará contas, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 12. O procedimento de prestação de contas do Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual será formalizado separadamente do procedimento da prestação de contas da ALE/RR, e será elaborado de acordo com as normas vigentes, constituído dos seguintes elementos:

I - ofício de encaminhamento assinado pelo Presidente;

II - relatório anual da gestão, no qual se faça expressa referência à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

III - cópia das leis e demais atos normativos que regulam a gestão do FUNESPLE;

IV - demonstração de execução orçamentária da receita e respectivas alterações;

V - balanço orçamentário;

VI - balanço financeiro;

VII - balanço patrimonial;

VIII - demonstrações das variações patrimoniais;

IX - conciliação dos saldos bancários;

X - parecer da Unidade de Controle Interno e Externo ALE/RR.

**CAPÍTULO VI
 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. O Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima baixará atos necessários ao fiel cumprimento da presente Resolução.

Art. 14. As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrão à conta da dotação do Poder Legislativo e do FUNESPLE.

Art. 15. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 05 de julho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

- REPUBLICAÇÃO -

Republicamos o Projeto de Resolução Legislativa abaixo devido à incorreção em sua numeração.

O Projeto de Resolução Legislativa que “Altera e revoga dispositivos da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE”, foi publicado no Diário da Assembleia, Edição nº 1143, de 15/07/2011 com a numeração: Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2011. **O correto é: Projeto de Resolução Legislativa nº 026/2011.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 026/11.

Altera e revoga dispositivos da Resolução nº 039/03, de 23 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 039, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 2º [...]

I - a concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento, descentralização e reaparelhamento dos serviços afetos à Escola do Legislativo, a Fundação Rio Branco e à administração da Assembleia Legislativa; (NR)

II - a aquisição de equipamentos mobiliários e material permanente, para fins de suprimento dos serviços da Escola do Legislativo, Fundação Rio Branco e à administração da Assembleia Legislativa; (NR)

III - [...]

IV - a implementação e operacionalização de sistemas de fiscalização de atos e programas de competência da Escola do Legislativo, Fundação Rio Branco e à administração da Assembleia Legislativa. (NR)

Art. 3º [...]

[...]

§3º Na hipótese de ocorrência de saldos financeiros, incluído o rendimento de aplicações financeiras, o saldo patrimonial resultante poderá, justificadamente, ser transferido ao orçamento da entidade instituidora - Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. (NR)

Art. 4º A gestão administrativa e financeira do FUNESPLE será realizada por um Comitê Gestor, que terá a seguinte composição:

I - Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, na condição de Presidente;

II - Coordenador Geral do FUNESPLE, como Vice-Presidente;

III - Presidente da ESCOLEGIS, como Membro;

IV - Presidente da FUNDALEGIS, como Membro;

V - Superintendente Legislativo, como Membro;

VI - Superintendente Administrativo, como Membro;

VII - Superintendente de Comunicação, como Membro;

VIII - Consultor Geral da Assembleia Legislativa, como Membro. (AC)

§1º Os representantes serão designados pelo prazo de dois anos, admitida uma recondução. (AC)

§2º É vedada a remuneração, a qualquer título, pela participação no FUNESPLE. (AC)

Art. 5º O FUNESPLE será dotado de orçamento, conta bancária e escritura contábil próprios, atendida a legislação específica, ficando o Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e o Coordenador Geral do Fundo como ordenador de despesa. (NR)

Art. 6º Os bens adquiridos com recursos do FUNESPLE serão incorporados ao patrimônio da FUNDALEGIS e da Assembleia Legislativa, de acordo com o objetivo da aquisição. (NR)

Art. 7º A Mesa Diretora da ALE/RR, através de Resolução, regulamentará as normas necessárias à gestão do FUNESPLE. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 9º da Resolução nº 039, de 23 de dezembro de 2003.

Palácio Antônio Martins, 05 de julho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 027/11

Dispõe sobre o auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-escola, instituídos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Será concedido auxílio-alimentação ao servidor ativo do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa Estadual, bem como, ao servidor cedido ou à disposição do Poder Legislativo, no valor correspondente a 26% (vinte e seis por cento) calculado sobre o Cargo de Assessor I, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo.

§1º Ao servidor de Gabinete Parlamentar será concedido auxílio-alimentação no valor de 800 reais limitado a dezesseis pessoas por indicação do titular.

§2º Os Gerentes, Diretores, Superintendentes e demais Chefias perceberão auxílio-alimentação no valor correspondente a 32% (trinta e dois por cento) sobre o Cargo de Assessor I.

§3º O servidor policial militar ou bombeiro militar cedido ao Poder Legislativo receberá, de forma opcional, como compensação, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte constantes da presente Resolução, a partir do mês de janeiro de 2012.

§4º Considera-se servidores civis ativos da Assembleia Legislativa Estadual, para efeitos desta Resolução, os servidores efetivos, os considerados estáveis e os ocupantes de cargos comissionados, no exercício de suas atividades.

Art. 2º É concedido auxílio-saúde, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, destinado aos servidores que compõem seu Quadro de Pessoal.

Art. 3º O auxílio-saúde criado por esta Resolução corresponderá a um valor pecuniário de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), a ser pago mensalmente, com os vencimentos do servidor, cuja sigla será “A.S.”.

Parágrafo único. O auxílio a que se refere o caput deste artigo será concedido após a comprovação de inscrição em Plano de

Saúde, mediante apresentação, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, de cópia do contrato em nome do servidor.

Art. 4º É concedido auxílio-escola, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), aos servidores efetivos, aos declarados estáveis e aos ocupantes de cargos comissionados do Poder Legislativo que percebam vencimento mensal não superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e com, no mínimo, 1 (um) ano de serviços prestados na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Parágrafo único. O auxílio-escola destina-se a alunos regularmente matriculados em curso superior, nas instituições privadas de ensino superior existentes no Estado, bem como, aos que estejam cursando Doutorado, Mestrado ou Especialização, em Instituição nacional ou estrangeira.

Art. 5º É concedido auxílio-transporte, com a natureza de ajuda de custo, aos servidores ativos ocupantes de cargos efetivos, considerados estáveis e aos ocupantes de cargo comissionados em atividade que percebam remuneração não superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao custeio das despesas realizadas com transporte, para deslocamento de suas residências até seus postos de serviços e vice-versa, no valor de R\$ 300 (trezentos reais), ressalvados os servidores dos Gabinetes.

Parágrafo único. A até 08 (oito) servidores de Gabinete Parlamentar, será concedido o auxílio transporte no valor de 2.000,00 (dois mil reais), mediante indicação do titular.

Art. 6º O benefício referente ao auxílio-transporte dar-se-á através de crédito direto ao servidor, feito através de sua folha de pagamento mensal, mediante requerimento prévio de servidor dirigido à Superintendência Administrativa.

Art. 7º O auxílio-transporte previsto nesta Resolução é opcional, devendo ser solicitado mediante requerimento dirigido à Superintendência Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 8º Os auxílios constantes da presente Resolução são considerados complementos e serão pagos em pecúnia não sendo considerados remuneração para quaisquer finalidades.

Parágrafo único. A concessão dos auxílios constantes da presente Resolução Legislativa é condicionada à disponibilidade de recursos financeiros para fazer face às despesas deles decorrentes.

Art. 9º As disposições desta Resolução Legislativa, relativas ao auxílio-transporte, não se aplicam às seguintes situações:

I - aos servidores cedidos ou colocados à disposição de outras entidades, órgãos estaduais ou federais;

II - ao servidor em gozo de qualquer espécie de licença não-remunerada;

III - ao servidor que estiver participando de cursos fora do Estado, em período superior a 30 (trinta) dias;

IV - ao servidor em gozo de férias regulamentares;

V - aos servidores inativos.

Art. 10. Os auxílios constantes da presente Resolução Legislativa não poderão ser:

I - incorporados ao vencimento, proventos ou pensão;

II - configurados como rendimento tributável e nem sofrerão incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;

III - caracterizados como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

Art. 11. As despesas decorrentes da implantação da presente Resolução Legislativa correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 12. Ficam convalidados os atos da Mesa Diretora relativos à concessão de benefícios constantes da presente norma.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de agosto do corrente.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário em especial as Resoluções nºs 011/11, de 06 de julho de 2011; 022/09, de 16 de dezembro de 2009; e 002/11, de 13 de janeiro de 2011.

Palácio Antônio Martins, 29 de agosto de 2011

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 028/11

Acresce dispositivos normativos à Resolução nº 009/11 que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, publicada no Diário da ALE/RR no dia 26 de julho do corrente.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30, § 9º, da Constituição Estadual e o art. 20, V, VI e XII, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Adite-se art. 140-A e 140-B à Resolução nº 009/11 que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, com as seguintes redações:

Art. 140-A. As disposições normativas da presente Resolução constante do preenchimento dos cargos na Estrutura Administrativa por ela criados serão implementadas gradativamente de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Assembléia.

Art. 140-B. A Mesa Diretora designará Grupo Técnico para no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta norma tomar as providências administrativas e legais necessárias à plena implementação do Anexo I, Estrutura Organizacional constante da Resolução nº 009/11, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 2º Os Anexos I, II e III constantes da Resolução Legislativa nº 009/11 passam a vigorar de acordo com os Anexos I, II e III da presente Resolução Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções nºs 009/08, 016/09, 020/09, 006/10 e 007/10.

Palácio Antônio Martins, 29 de agosto de 2011

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 028/11
ANEXO I

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSONADOS DE CHEFIAS

DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
Superintendência Geral	01	12.000,00	12.000,00
Superintendências	03	9.600,00	28.800,00
Consultoria Geral	01	9.600,00	9.600,00
Consultorias	03	6.200,00	18.600,00
Controladoria Geral	01	9.600,00	9.600,00
Diretorias	11	9.300,00	102.300,00
Auditoria	03	6.200,00	18.600,00
Coordenadoria de Cerimonial	01	6.200,00	6.200,00
Gabinete Militar	01	6.200,00	6.200,00
Gabinete da Presidência	01	6.200,00	6.200,00
Comissão Permanente de Licitação	01	6.200,00	6.200,00
Gerências	29	4.650,00	134.850,00
Secretarias	03	4.100,00	12.300,00
• Presidência			
• Vice-Presidência			
• 1º Secretária			
Núcleos	38	3.000,00	114.000,00
Chefias (Sub)	02	3.600,00	7.200,00
• Gabinete Militar			
• Protocolo Geral			
Membro de CPL	03	3.600,00	10.800,00
Seção	04	2.500,00	10.000,00
Grupos	06	2.500,00	15.000,00
Diretoria da ESCOLEGIS	01	6.200,00	6.200,00
Coordenadoria da ESCOLEGIS	04	4.650,00	18.600,00
Coordenadoria de Programas Especiais	04	4.650,00	18.600,00
TOTAL	121	-	571.850,00

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 028/11

ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ACESSORAMENTO À MESA DIRETORA

DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
CO - Consultor Técnico	08	7.000,00	56.000,00
CJ - Consultor Jurídico	21	4.000,00	84.000,00
AS - Assessor Especial da Mesa Diretora			
• Assessor I	05	5.000,00	25.000,00
• Assessor II	05	4.000,00	20.000,00
• Assessor III	45	3.000,00	135.000,00
AE - Assistente Especial da Mesa Diretora			
• Assistente I	30	2.000,00	60.000,00
• Assistente II	30	1.500,00	45.000,00
• Assistente III	60	1.000,00	60.000,00
AU - Auxiliar da Mesa Diretora			
• Auxiliar I	30	900,00	27.000,00
• Auxiliar II	10	800,00	8.000,00
• Auxiliar III	35	700,00	24.500,00
TOTAL	279	-	544.500,00

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 028/11

ANEXO III

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR

DESCRIÇÃO DO CARGO	QUANT.	REMUNERAÇÃO	TOTAL
AT - Assessor Técnico			
• Assessor da Presidência	02	4.000,00	8.000,00
• Assessor Legislativo	02	4.000,00	8.000,00
• Assessor Administrativo	02	4.000,00	8.000,00
• Assessor de Comunicação	02	4.000,00	8.000,00
AP - Assessor Parlamentar			
• Assessor I	15	5.000,00	75.000,00
• Assessor II	10	4.500,00	45.000,00
• Assessor III	10	4.000,00	40.000,00
• Assessor IV	15	3.500,00	52.500,00
• Assessor V	77	3.000,00	231.000,00
AS - Assistente Parlamentar			
• Assistente I	10	2.500,00	25.000,00
• Assistente II	161	2.000,00	322.000,00
• Assistente III	110	1.500,00	165.000,00
• Assistente IV	264	1.000,00	264.000,00
• Assistente V	70	900,00	63.000,00
AU - Auxiliar Parlamentar			
• Auxiliar I	08	850,00	6.800,00
• Auxiliar II	71	800,00	56.800,00
• Auxiliar III	50	750,00	37.500,00
• Auxiliar IV	66	700,00	46.200,00
• Auxiliar V	430	650,00	279.500,00
TOTAL	1.375	-	1.741.300,00

- REPUBLICAÇÃO -

Republicamos o Projeto de Resolução Legislativa abaixo devido à incorreção em sua numeração.

O Projeto de Resolução Legislativa que “Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências.”, foi publicado no Diário da Assembleia, Edição nº 1190, de 22/09/2011 com a numeração: Projeto de Resolução Legislativa nº 023/2011. **O correto é: Projeto de Resolução Legislativa nº 029/2011.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 029/11

Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30, § 9º, da Constituição Estadual e o art. 20, V, VI e XII, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecida a jornada de trabalho no âmbito da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, de segunda a sexta feira, em turnos assim distribuídos:

I - **1º Turno:** de 7h30min a 13h30min;

II - **2º Turno:** de 13h a 19h.

III - **3º Turno:** de 08h a 12h e de 14h a 18h

Parágrafo único. A lotação de pessoal, conforme a necessidade administrativa das diversas unidades administrativas, dar-se-á por ato da Mesa Diretora, em cada turno de trabalho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 013/11, de 06 de julho de 2011.

Palácio Antônio Martins, 29 de agosto de 2011.

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1ª Secretário

Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 058, DE 2011.**

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Requerem a realização de Audiência Pública para discussão sobre a aplicação dos recursos e qualidade na execução dos serviços do Programa “Luz Para Todos” no Estado de Roraima.

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do Art. 33, inciso XXIX da Constituição do Estado, c/c o caput do Art. 192, caput do Art. 84, e caput do Art. 86 e seus respectivos incisos II e III, do Regimento Interno, Nós Deputados Estaduais que abaixo subscrevem, requeremos a realização em data a ser agendada, de Audiência Pública para discussão sobre a aplicação dos recursos e a qualidade na execução dos serviços do Programa do Governo Federal “Luz Para Todos” no Estado de Roraima.

JUSTIFICATIVA**Informações sobre o Programa**

O Governo Federal lançou em novembro de 2003 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. É o Programa LUZ PARA TODOS, que tem a meta de levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

Para o atendimento da meta inicial, serão investidos R\$ 20 bilhões. O Governo Federal destinará R\$ 14,3 bilhões e o restante será partilhado entre governos estaduais e as empresas de energia elétrica. Os recursos federais são provenientes de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Durante a execução do Programa, novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o Luz para Todos foi prorrogado para ser concluído no ano de 2010. O Programa foi novamente prorrogado, agora para ser finalizado em 2011, para possibilitar que as obras contratadas até outubro de 2010 sejam realizadas.

Gestão Participativa**Como o programa funciona:**

A gestão do Luz para Todos é partilhada com todos os órgãos interessados: governos estaduais, distribuidoras de energia, ministérios, agentes do setor e comunidades. Com os governos estaduais, foram assinados protocolos de adesão ao programa. Além de participarem da gestão do Programa, os governos estaduais também entram com recursos para a eletrificação das comunidades.

Comissão Nacional de Universalização:

O Programa conta com uma Comissão Nacional de Universalização (CNU), coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e integrado pela Casa Civil e pelos Ministérios de Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Integração Nacional; Educação; Saúde; Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Indústria do Desenvolvimento e Comércio Exterior e também pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o Fórum de Secretários de Energia. O CNU estabelece ações interministeriais para o desenvolvimento das comunidades rurais. A estrutura executiva do Programa é composta pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) e pelos Comitês Gestores Estaduais (CGEs).

Comitê Gestor Nacional:

O CGN é formado pelo Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e

suas empresas controladas (Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE), Aneel, Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Fórum dos Secretários Estaduais de Energia e pelos Coordenadores Regionais do Programa. Sua função é coordenar, fiscalizar e acompanhar as ações do Programa em todo o país.

·Comitê Gestor Estadual:

Os comitês Gestores Estaduais são integrados pelo Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governo estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil. Estes comitês priorizaram as demandas e acompanham de perto o andamento do Programa e o cumprimento das metas estaduais de universalização.

·Agentes Comunitários:

Têm a responsabilidade de ajudar a identificar as demandas e as vocações produtivas da região, informar sobre o programa, prestar assistência e orientar sobre o uso da energia e também auxiliar na fiscalização.

Acesso ao Programa

Os consumidores que ainda não têm energia elétrica em casa devem se dirigir à distribuidora local para fazer seu pedido de instalação. Esta solicitação será incluída no programa de obras das distribuidoras e atendida de acordo com as prioridades estabelecidas no manual de operacionalização do Programa e pelo Comitê Gestor Estadual (CGE). Dessa forma, todos os projetos, ideias, avaliações e determinações são discutidos e definidos por esse colegiado. O objetivo é fazer com que o Programa atenda de forma justa as demandas do beneficiário final.

Prioridades do Luz para Todos

O Programa observa, sempre que possível, as seguintes prioridades:

- Projetos de eletrificação rural paralisados, por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais;
- Municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000;
- Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual;
- Comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico;
- Projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;
- Escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água;
- Assentamentos rurais;
- Projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar;
- Atendimento de pequenos e médios agricultores;
- Populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e

Populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas.

Informações sobre o Programa

O Programa contempla o atendimento das demandas no meio rural através de uma das 03 (três) alternativas:

- Extensão de Rede;
- Sistemas de Geração Descentralizada com Redes Isoladas;
- Sistemas de Geração Individuais.

Ações Integradas

A chegada da energia elétrica está contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas. O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas.

O Ministério de Minas e Energia já assinou protocolos com os ministérios de Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Saúde; Defesa; e Ciência e Tecnologia para que o acesso à energia seja acompanhado de programas sociais e de desenvolvimento econômico.

Da Coordenação do Programa em Roraima

No Estado de Roraima as Concessionárias participantes no Programa Luz para Todos são: a Companhia Energética de Roraima – CER e a Eletrobrás, sob a coordenação do Senhor José Pinheiro Cordeiro.

Da Companhia Energética de Roraima - CER

O Ministério das Minas e Energia já renegociou antigas pendências da Empresa e liberou novas verbas para a segunda fase do programa. Os recursos de aproximadamente R\$ 100 milhões serão para a compra de kits com transformador, lâmpadas, padrão, tomadas, cabos e fiação. Serão atendidas famílias nos 14 municípios e deverá ser executado até o final de 2010.

As obras serão construídas em parceria entre o Governo do Estado, CERR e Eletrobrás. O projeto faz parte do Plano de Ação encaminhado à ELETROBRÁS.

Da Situação do Programa em Roraima

Em nosso país o Programa Luz para Todos vem trazendo melhorias na qualidade da prestação dos serviços de iluminação pública urbana e rural, bem como nos lares dos cidadãos, porém, em Roraima observa-se que não existe expressa distribuição de tais benefícios.

Os locais nos rincões de Roraima aonde a iluminação pública ainda não chegou, os constantes apagões nos municípios do interior de nosso Estado e os inúmeros casos de aparelhos eletroeletrônicos danificados por conta da péssima qualidade do serviço/produto prestado são as razões que motivam o presente requerimento.

Portanto, a necessidade da realização desta Audiência Pública para debatermos sobre a aplicação dos recursos e se a qualidade na execução dos serviços estão dentro do padrão exigido pelo Programa “Luz Para Todos” em nosso Estado, dando oportunidade para que as empresas coordenadoras, empresas executoras e principalmente aos cidadãos roraimenses que se manifestem sobre o tema.

Dessa forma, rogo aos colegas parlamentares pelo apoio na aprovação deste pleito.

Sala de Sessões, de _____ de 2011.
SOLDADO SAMPAIO BRITO BEZERRA DHIEGO COELHO
 Deputado Estadual Deputado Estadual Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 059/2011

Ao Excelentíssimo Senhor

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea “b”, c/c inciso XVII do art. 196 e incisos I e XVII, todos do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, convocar a Secretária Estadual de Educação, **LENIR RODRIGUES LUITGARDS MOURA**, para que preste esclarecimentos em relação a sua Pasta, especialmente no que tange à merenda escolar; transporte escolar; estrutura física da rede estadual de ensino; terceirização de mão de obra; estrutura pedagógica, ente outros, em **audiência pública**, que será realizada em data a ser designada por esta Casa, juntamente com os demais membros da sociedade e instituições que tenham interesse no tema, dada sua urgência e relevância.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2011.
 Francisco José Brito Bezerra Dhiego Coelho Fogaça
 Deputado Estadual-PP Deputado Estadual-PSL

Francisco dos Santos Sampaio
 Deputado Estadual- PC do B

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, proceder à leitura do Expediente: RECEBIDO DOS DEPUTADOS. Memorando nº 04/11, de 04/11/11, do Gabinete do Deputado Chicão da Silveira, justificando sua ausência à Sessão Ordinária dos dias 01 e 03/11/11; Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando “Criação de lei destinando

obrigatoriamente 5% do ICMS arrecadado no Estado de Roraima para integrar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima - FUNDER, gerenciado pela Agência de Fomento do Estado de Roraima. RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 049, de 04/11/11, comunicando sua ausência do País no dia 06/11/11. EXTERNO: Ofício nº 519/1, de 28/10/11, do Tribunal de Justiça, encaminhando retificação de parte do texto do art. 1º do Projeto de Lei Complementar, que propõe, entre outras coisas, a alteração do art. 112, inciso X, do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima; Comunicado nºAL133913/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canara; Comunicado nº AL133914/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vovó Eurides; Comunicado nº AL133915/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Arco-Íris; Comunicado nº AL133937/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus; Comunicado nºAL133938/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rio Branco; Comunicado nº AL133940/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus de Praga; Comunicado nºAL133941/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Tuxaua Albino de Moraes; Comunicado nºAL133943/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Batista da Silva; Ofício nº 010/2011, de 03/11/11, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima, solicitando cópia da Ata da Sessão do dia 01/11/11; Ofício/DPG nº543/2011, de 03/11/11, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando Projeto de Lei que altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza aquela instituição, estabelece a competência e a estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou ressaltando a importância do trabalho realizado pela Dra. Luciana Surita, à frente do SEBRAE, na elaboração de projetos, como o Empreendedor Individual, que já cadastrou 3.300 empresários. De acordo com o Senhor Parlamentar, o poder público não é suficiente para atender a demanda de profissionais que saem das universidades, ressaltando a importância de órgãos como o SEBRAE, o SENAR e o SENAI criarem oportunidades para esses profissionais, tanto da capital como do Estado e do interior. Após, lembrou que o empreendedor individual é aquele que, de maneira autônoma, consegue legalizar seu pequeno empreendimento pagando um valor mínimo de imposto e que consegue, ao final de 30 anos, a sua aposentadoria. Prosseguindo, informou sua participação juntamente com o Deputado Remídio Monai, na inauguração da fábrica de laticínios, na região da Confiança, com o apoio do SENAR, que irá estimular o produtor rural a beneficiar e comercializar seus produtos, ressaltando a importância do projeto, mas ainda há muito o que se fazer para melhorar o setor agrícola. Em seguida, informou que o SEBRAE tem uma revista de empreendedorismo que classifica o turismo como um dos principais meios para gerar emprego e renda no Estado, qualificando o turismo de aventura, o turismo indígena, observatório de pássaros, entre outros, como indústrias sem chaminé, só precisando de um pouco mais de divulgação e incentivo, o qual pode vir do próprio Estado, pois segundo o Senhor Parlamentar, ele solicitou, ao ir à secretaria da fazenda estadual, um relatório detalhado sobre a arrecadação de ICMS do Estado e prevê a possibilidade de repasse de

5% do ICMS para o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, administrado pela Agência de Fomento, para fomentar o empreendedor individual, o micro e o pequeno produtor rural e o pequeno comerciante. Finalizou dizendo que fará uma solicitação ao Plenário para que este repasse do ICMS seja uma realidade breve para os empreendedores do nosso Estado. O Senhor Deputado Soldado Sampaio referindo-se a Questão de Ordem do Deputado Chicão com relação às respostas dos órgãos competentes quanto aos Requerimentos de Pedidos de Informação dos Senhores Deputados, disse estar de acordo, citando como exemplo dois requerimentos de sua autoria, aprovados por esta Casa, que até o presente momento não foram respondidos pelos órgãos competentes, destacando, com isso, um total desrespeito para com o Poder Legislativo, ressaltando que se a Mesa Diretora não tomar nenhuma providência com relação a isso, estará acionando a justiça para obter tais informações. Referiu-se ao programa do Governo Federal "Luz para Todos", lançado em dois mil e três, com objetivo de atender dez milhões de famílias em todo Brasil, salientou que até o presente momento quase vinte bilhões de reais foram destinados pelo Ministério das Energias aos Estados e às concessionárias, com objetivo de atender as comunidades necessitadas, ressaltando que Roraima através da ELETROBRÁS Norte e da CERR firmou vários convênios com o intuito de levar essa energia às comunidades do interior do Estado. Segundo o Senhor Deputado, o Governo tem demonstrado uma total falta de compromisso em não executar os referidos convênios, lembrando que oitenta e cinco por cento do valor desses convênios são oriundos do Governo Federal, dez por cento das empresas conveniadas e apenas cinco por cento do Governo Estadual. Continuando, o Senhor Deputado destacou que o governo recebeu sete milhões de reais de um convênio para a execução de obras no interior do Estado, no entanto, não as executou e, para não ficar inadimplente junto ao Governo Federal, obteve um empréstimo de doze milhões, cinco milhões a mais, para devolver esses recursos à União, na tentativa de obter um novo convênio. Em seguida, ressaltou a importância de uma discussão mais ampla na Casa, com objetivo de ouvir a ELETROBRÁS, representante do Ministério das Energias, a CERR, as comunidades indígenas e a sociedade como todo, para saber o porquê de apenas dois mil, seiscentas e vinte e três famílias terem sido contempladas, quando, na realidade, seriam nove mil, trezentos e noventa e seis em todo interior do Estado, afirmando que já caíram cinquenta e cinco por cento dos recursos nas contas da CERR, e que o Governo do Estado tem menos de sessenta dias para cumprir o contrato de levar energia às pessoas que ainda não foram contempladas. Finalizou informando que estará apresentando um requerimento solicitando uma Audiência Pública, com intuito de ouvir a CERR, demais órgãos competentes e as comunidades que ainda não foram contempladas pelo programa "Luz para Todos". O Senhor Deputado Coronel Chagas inciou questionando o real significado de fazer parte da base aliada do Governo, uma vez que, na sua concepção, para pertencer a base aliada, além de defender os interesses do Governo que devem ser também os interesses da sociedade, é necessário participar da construção das políticas públicas que o Governo pretende implementar, pois, de acordo com o Senhor Parlamentar, cada membro deste Poder representa um segmento da sociedade. Todavia, segundo o Senhor Parlamentar, não está havendo por parte do Governo reciprocidade com sua base, uma vez que, as indicações propostas pelos Parlamentares com relação às necessidades dessa não estão sendo atendidas pelo Executivo. Prosseguindo, lamentou que projetos importantes para a sociedade cheguem a esta Casa em caráter de urgência urgentíssima, impossibilitando maior análise por parte dos Senhores Deputados. Finalizou informando que juntamente com os Deputados Ercei de Moraes, Naldo da Loteria, Joaquim Ruiz e Remídio Monai formou um grupo com o intuito de analisar melhor os projetos que visam o interesse coletivo, fazendo com que esta Casa cumpra efetivamente com sua missão constitucional. O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou citando a Grécia como exemplo de democracia, pois 600 anos antes de Cristo criou o regime democrático dando direito ao seu povo de debater e combater a tirania, e que em seguida, também na Europa, Montesquieu fez a repartição dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com objetivo de conviverem de forma harmônica e independente. Continuando, reportou-se aos projetos encaminhados pelo Executivo a esta Casa em caráter de urgência, ressaltando que por diversas vezes questionou a urgência da matéria, citando a Mensagem Governamental que trata do número máximo de reuniões

ordinárias mensais remuneradas dos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima, onde independente de quantas reuniões extraordinárias forem necessárias, serão remuneradas no máximo quatro. De acordo com o Senhor Parlamentar, a matéria não é regime de urgência, uma vez que, é do conhecimento de todos que esses Conselhos existem apenas para remunerar os amigos. Prosseguindo, ressaltou que os membros do Legislativo, Executivo e Judiciário, ao serem empossados, juraram cumprir a Constituição Estadual e Federal, mas, numa clara demonstração de descaso com o Poder Legislativo, um ex-constituente, atual Presidente da CODESAIMA, não atende as solicitações desta Casa. Em seguida, ressaltou que é obrigação de todos os gestores dos órgãos estaduais virem a esta Casa, anualmente, para apresentarem relatórios de suas atividades e planos de meta para o ano seguinte, os quais serão referendados pela maioria absoluta em votação secreta, cuja rejeição implicará no afastamento do titular. Após, citou uma frase do político Ulisses Guimarães: “qualquer um pode discordar, mas desrespeitar jamais”, lembrando que a ninguém é dado o direito de desrespeitar a Constituição Estadual e Federal. Finalizou cobrando da Mesa Diretora que tome às devidas providências para que os órgãos públicos a que foram encaminhados pedidos de informações prestem os devidos esclarecimentos, chamando a atenção dos seus Pares para que valorizem o Poder e mostrem que estão firmes no propósito da defesa dos interesses soberanos da sociedade de Roraima. O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra iniciou informando aos Senhores Deputados que esta Casa irá reiterar até três vezes os Pedidos de Informações feitos pelos Senhores Parlamentares, destacando que, se não forem atendidos, tomará as devidas providências. Após, solicitou aos seus Pares que observem o teor dos Requerimentos que solicitam a vinda de autoridades a este Poder, ressaltando que cerca de 95% desses Requerimentos convidam as autoridades e não convocam, deixando a critério das mesmas a decisão de vir ou não. Dando continuidade, reportou-se a matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista que destaca que a produção da Assembleia, este ano, foi apenas de brigas, ressaltando que apenas nos Parlamentos que estão adormecidos não há brigas ou divergência de opiniões. Finalizou afirmando que esta Casa vem discutindo uma série de problemas que afligem à sociedade, trabalhando de uma forma incansável para cumprir o seu papel e que não pode aceitar críticas que agridam a imagem do Poder Legislativo. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação do Requerimento nº 058/11, requerendo a realização de Audiência Pública para discutir sobre a aplicação dos recursos e a qualidade na execução dos serviços do Programa “Luz para Todos” no Estado de Roraima. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Atendendo ao Requerimento aprovado anteriormente, o Senhor Presidente transformou a Sessão em Comissão Geral, ocasião em que esta Casa homenageou com a Comenda Orgulho de Roraima o Medalhista de Ouro no Revezamento 4x100, nos Jogos Pan-americanos, Ailson da Silva Feitosa. Alcançada a finalidade da Comissão Geral, o Senhor Presidente retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado Rodrigo Jucá convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para uma reunião após o término da Sessão. O Senhor Deputado Célio Wanderley comunicou aos Senhores Deputados que dia primeiro de novembro, foi encaminhado ofício a todos os Parlamentares informando a abertura do prazo para a apresentação das Emendas para o Orçamento que vai do dia 13 a 18 de novembro. O Senhor Deputado Flamarion Portela informou ao Senhor Presidente que, em seu pronunciamento, não se referiu a convite ou chamamento de Secretários a este Poder, e sim aos Requerimentos de Pedidos de Informações aprovados por esta Casa que não obtiveram respostas, destacando que irá usar a Constituição para que os mesmos sejam atendidos. O Senhor Presidente informou ao Senhor Deputado Flamarion Portela que a Mesa Diretora tomará medidas cabíveis para resolver o problema e solicitou paciência aos Senhores Parlamentares, informando que antes do final de sua gestão a Casa receberá o respeito que lhe é devido. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 9, à hora regimental. **Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moras, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 09/11/2011

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia nove de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Expediente: Memorando nº 121/2011, de 08/11/11, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 08, 09 e 10/11/11. Ofício nº 031/2011, de 08/11/11, do Deputado Ionilson Sampaio de Souza, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 03/11/11. Requerimento nº 004/11, da Comissão Especial Externa, Criada Através da Resolução nº 07/11, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, desta Comissão, para analisar e emitir Parecer sobre a criação, incorporação, fusão, e desmembramento de Municípios no Estado de Roraima. Requerimento nº 004/11, da Comissão Especial Externa, Criada Através da Resolução nº 08, alterada pela nº 020/11, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, desta Comissão, para analisar e emitir Parecer sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios no Estado de Roraima. Requerimento nº 004/11, da Comissão Especial Externa, Criada Através da Resolução nº 06, alterada pelas nº 016 e 021/11, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, desta Comissão, para analisar e emitir Parecer sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios no Estado de Roraima. **EXTERNOS:** Declaração de Québec - Canadá, de 06 a 09/09/11, da Confederação Parlamentar das Américas. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/ CGEOF/ nº 50/2011, de 27/09/11, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social destinados ao custeio das ações e serviços sócio assistenciais, de caráter continuado. Comunicado nº AL133916/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte. Comunicado nº AL133917/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Janio da Silva Quadros. Comunicado nº AL133918/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Carlos Raimundo Rodrigues. Comunicado nº AL133920/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pingo de Gente. Comunicado nº AL133921/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Cantinho do Céu. Comunicado nº AL133922/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Maria Francisca da Silva Lemos. Comunicado nº AL133926/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Criança Feliz. Comunicado nº AL133927/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cunhantã Curumim. Comunicado nº AL133928/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tia Linda. Comunicado nº AL133929/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Creche e Pré Escolar Cantinho Feliz. Ofício nº 2092/2011/SR Roraima, de 31/10/11, da Superintendência Regional de Roraima, informando sobre o Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Ofício

nº 062-S3, de 01/11/11, do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, solicitando recursos para conclusão da réplica do Forte São Joaquim do Rio Branco. Carta Disup Circular nº 26, de 07/11/11, do SEBRAE, encaminhando exemplar da revista Empreendedorismo e Negócios, referente ao trimestre de setembro, outubro e novembro. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Erci de Moraes iniciou reportando-se às matérias veiculadas no jornal Folha de Boa Vista a respeito da manchete do Ministério Público, de que irá processar criminalmente não só a empresa que forneceu leite estragado para a merenda escolar, mas, também, os técnicos responsáveis pela elaboração do cardápio da merenda, ressaltando que a atitude é justa, uma vez que, após análise laboratorial, foi comprovado que o produto é impróprio para o consumo. Ainda conforme a matéria, a Secretaria de Educação aplicará sanções à empresa, para tanto, nomeou uma Comissão para monitorar a manipulação, o transporte e a distribuição da merenda escolar fornecida pela terceirizada. Reportando-se aos seus Pares, o Senhor Deputado ressaltou a necessidade da Comissão de Educação se manifestar a fim de resolver o problema, solicitando a inclusão da Assembleia Legislativa nessa medida de moralização pública. Continuando, referiu-se a sua participação na formação de um bloco informal, constituído por cinco Deputados desta Casa, destacando que o objetivo deste é, em parceria com o líder do governo e o líder de bloco, oferecer uma melhor análise aos projetos, manifestando suas opiniões quando não concordarem com a matéria, para que possam tomar as medidas necessárias, ressaltando que a duração do bloco pode ser efêmera, desde que seus direitos sejam respeitados, e que os 24 Deputados sejam tratados como legítimos representantes do povo. Prosseguindo, informou que as Comissões do Senado aprovaram o texto base do novo Código Florestal, conservando a estrutura central da proposta do então Ministro do Meio Ambiente, acrescentando dispositivos importantes ao projeto que, posteriormente, irá para a Comissão de Meio Ambiente e que, até o próximo dia 20, será votado em Plenário, e após, voltará a Câmara dos Deputados para ser votado com as alterações propostas. De acordo com o Senhor Parlamentar, a notícia é importante, uma que vez, o Código Florestal Brasileiro atinge todo o país, em especial os ruralistas do Estado de Roraima. Finalizou, solicitando à Mesa Diretora que retire da pauta da Ordem do Dia a discussão e votação da PEC 06/11, que ainda encontra-se em discussão na Comissão Especial, ressaltando que os Deputados estão trabalhando na proposta e o prazo ainda é vigente. O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou reportando-se a entrevista concedida pelo Senhor Governador a uma emissora de rádio local quando, segundo o Senhor Parlamentar, de forma desequilibrada e desrespeitosa, o difamou e caluniou, assim como a outros Deputados desta Casa. Lembrou que hoje, faz sete anos que foi cassado, que deixou o governo de Roraima, mas que não tem a mínima mágoa ou revolta contra ninguém, que está bem espiritualmente, atitude que, segundo o Senhor Deputado, o Senhor Governador não demonstrou em sua entrevista. Continuando, o Senhor Parlamentar leu o conceito de raiva como sendo “uma doença infecciosa, própria dos animais, especialmente do cão”, ressaltando que tal definição se justifica pelo comportamento furioso e irado do Senhor Governador no rádio. Lembrou ainda que passou pelas mesmas situações e ameaças de processos e cassação que o Governador está passando, mas, confiou em Deus, na sua família e nos amigos para superar os problemas e em momento algum desrespeitou ninguém. De acordo com o Senhor Parlamentar, o Senhor Governador estava possesso e o aconselhou a se vacinar contra a raiva e caso não acredite na vacina do Brasil que pegue o learjet do governo e vá a Toronto, no Canadá. Continuando, disse que a insanidade do Senhor Governador chegou ao ponto de dizer que ele havia denunciado seus colegas e parceiros no escândalo dos gafanhotos, lembrou ainda que até hoje não responde a nenhum processo pelo escândalo dos gafanhotos e que na verdade o Senhor Governador deveria procurar o Ministério Público Federal ou Estadual e aos órgãos de controle para fazer as denúncias que achar necessárias, fazendo assim seu papel de homem público e bom cidadão. Em seguida, o Senhor Parlamentar questionou o fato de o Senhor Governador falar a respeito de concursos públicos à época do seu governo, ressaltando que foi obrigado a realizá-lo por meio de uma decisão judicial, tendo na época que demitir pessoas que exerciam suas funções há muitos anos e que não pôde fazer nada para ajudá-los. De acordo com o Senhor Parlamentar, o atual Governo não precisa passar por nada disso para realizar concurso público, pois o Estado já está institucionalizado e pode realizar concursos públicos de acordo com o número de vagas disponíveis, o que não era permitido à época do seu Governo. Prosseguindo, o Senhor Parlamentar falou que mesmo com

toda a pressão que ele e os Deputados sofreram, o seu primeiro ato como governador, foi enviar um Projeto de Lei a esta Casa pedindo a extinção do DER, e a Assembleia com altivez aprovou o projeto. Prosseguindo reportou-se a acusação feita no programa de rádio do sumiço de uma máquina de asfalto a quem estão atribuindo-lhe a culpa, sugerindo aos autores da acusação que procurem o Ministério Público para que tome as devidas providências. Quanto as denúncias de irregularidades enquanto Presidente da CER, informou que mal teve tempo hábil para conhecer os problemas daquela instituição quanto mais para desviar milhões do órgão, pois com apenas dois meses a frente da pasta, colocou o cargo a disposição. Finalizou manifestando sua indignação com o comportamento do Senhor Governador, pois acredita que não seja esta a postura de um homem público em um meio de comunicação de massa e que gostaria de dizer olhando-o cara a cara que não o meça pela sua régua, pois como disse a Senadora Heloísa Helena, “Ética, é bondade no coração e vergonha na cara”, coisa que, segundo o senhor Deputado, o Senhor Governador não possui. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação da Moção de Pesar nº 032, pelo falecimento do Senhor Pedro Crusciak e do Requerimento nº 059/11, de autoria de vários Deputados, requerendo a convocação da Secretária Estadual de Educação, Lenir Rodrigues Luitgards Moura, para que preste esclarecimentos com relação a sua Pasta, especialmente no que tange à merenda escolar, transporte escolar; estrutura física da rede estadual de ensino; terceirização de mão de obra; estrutura pedagógica, entre outros. Posteriormente, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar às matérias. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 032/11. Colocada em discussão e votação, a Moção foi aprovada. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro secretário proceder à leitura do Requerimento nº 059/11. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Senhor Deputado Chicão da Silveira parabenizou a Senhora Aline Rezende pela passagem de seu aniversário. O Senhor Deputado Gabriel Picanço felicitou a Senhora Aline Rezende pela passagem de seu aniversário. Em seguida, convidou os membros da Comissão de Ética para uma reunião no dia dez, após o término da Sessão. O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados pelas felicitações recebidas pela passagem do aniversário de sua esposa. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 10, a hora regimental. **Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela Águda Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 10/11/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2060ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Primeiro Secretário ad doc.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 022/2011, de 13/10/11, do Gabinete da Deputada Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 13/10/11.

- Memorando nº 239/2011, de 14/10/11, do Gabinete do Deputado Jalsner Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 13/10/11.

- Projeto de Lei s/nº, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, instituindo o Dia do Radialista no âmbito estadual.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, declarando de Utilidade Pública a Associação América Champion, e dá outras providências.

- Projeto de Resolução s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, suprimindo a alínea “e” do art. 248 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

- Proposta de Emenda s/nº, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, dispondo sobre o Regime Constitucional dos Militares Estaduais.

TRIBUNAL DE CONTAS:

- Ofício nº 180/201, de 11/10/11, da Presidência do Tribunal de Contas de Roraima, solicitando a devolução do Projeto de Lei que “dispõe sobre a nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima”, para nova avaliação do texto jurídico.

EXTERNOS:

- Ofício nº 521/11-PRESID, de 30/09/11, do Senado Federal, consultando sobre o interesse em firmar parceria com o Senado, em adquirir e instalar o transmissor de TV digital.

- Ofício Circular nº 004/2011, de 03/10/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, comunicando a nomeação do cargo de Presidente do Instituto, conforme o Decreto nº 2428-P, de 27/09/11.

- Carta nº 109/11, de 06/10/11, da Embratel, apresentando as metas de universalização a serem cumpridas pela Embratel em 2011.

- Ofício nº 333/11, de 11/10/11, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando avaliação da possibilidade de aprovação da proposta do Senado Federal.

- Ofício nº 499/11, de 10/10/11, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, informando que o Instituto possui saldo orçamentário para executar as despesas constantes no projeto de lei que dispõe sobre o PCCR, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA nº 801/2011).

- Ofício nº 171/11, de 13/10/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, convidando para Audiência com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no dia 20/10/11, no Senado Federal.

- Ofício nº 397/11, de 14/10/11, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, convidando para Audiência Pública, com a finalidade de debater o novo Código Florestal, no dia 20/10/11, no Senado Federal.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar nós gostaríamos de fazer um breve relato da reunião que tivemos da UNALE, na semana passada, onde os Deputado, Coronel Chagas, Erci de Moraes e eu, fomos debater a questão do Pacto Federativo com alguns palestrantes convidados pela UNALE. O assunto dessa reunião tem mobilizado todos os Parlamentos Estaduais. Essa discussão tende a se aprofundar porque os Parlamentos Estaduais estão, praticamente, engessados do seu poder de legislar em função das restrições impostas pela Constituição de 88, que deixa os Deputados Estaduais e até mesmo os Vereadores, praticamente, sem poderem fazer nada. Tudo o que se pode fazer em termo de legislação, ou quase tudo, melhor dizendo, é da competência hoje de nossos Parlamentares Federais. Nós apresentamos qualquer coisa na Assembleia Legislativa e, geralmente, o projeto é rejeitado por vício de origem. Você não pode fazer porque gera despesas, por ser

inconstitucional, por não ser de sua competência, o que nos deixa, de certa forma, frustrados do nosso poder de Legislar. Contudo, a UNALE tem debatido isso constantemente e tem buscado sensibilizar a nossa bancada federal, os parlamentares Federais de todos os Estados, no intuito de que isso venha a virar um tema nacional para que nós possamos melhorar essa questão do poder legiferante da Assembleia Legislativa. Então, o tema da reunião foi esse. Além dessa discussão, tivemos uma palestra muito importante sobre Gestão Pública e sobre a questão do orçamento nacional ser autorizativo e não impositivo e os males que isso causa ao País, propiciando, inclusive, que os casos de corrupção sejam quase que frequentes em matérias do dia a dia nos jornais por esse Brasil à fora. Então, a reunião de um modo geral foi muito proveitosa e esperamos que a UNALE continue com esse ciclo de debates, melhorando essa questão, melhorando a visão dos Parlamentares e a visão da Assembleia Legislativa de acordo com o nosso Pacto Federativo. Mas o que me traz também à Tribuna hoje, Senhor Presidente, é a questão do programa RR sustentável que está em vigor no nosso Estado, que proporcionou aos produtores rurais uma tregua, uma moratória para que não fossem multados, desde que esses produtores aderissem ao Programa, muito bem feito por sinal, que foi aprovado por nós aqui na Assembleia Legislativa em 2008. Pois bem, o que acontece hoje? O projeto foi prorrogado por mais um ano porque o RR sustentável exige que os produtores façam um TAC entre a FEMARH, o produtor e o Ministério Público. Essa é a essência do Programa RR Sustentável. Ele tinha a validade de um ano e expirou ano passado, foi prorrogado por mais um ano e expira, novamente, em dezembro. E o que está acontecendo hoje? A imensa maioria ainda não aderiu ao programa por falta de conhecimento, o que pode colocá-los na ilegalidade total, levando-os a serem multados pela FEMARH, notificados pelo IBAMA e nós não vemos o Governo se mexer ou promover uma política, pelo menos midiática, para chamarem esses produtores a virem aderir ao programa. Porém, não basta aderir ao programa. O que foi feito nos últimos anos? A FEMARH criou um programa itinerante levando seus técnicos para o interior com o intuito de convidar os produtores e mostrar a eles a necessidade de aderir ao programa RR sustentável. Isso foi feito nas vicinais, os produtores apenas assinaram.

A intenção de aderirem ao programa a RR sustentável foi boa, mas não tiveram orientação para voltarem a FEMARH para assinar o taqui. Eles assinaram a adesão ao programa, mas é necessário que seja assinado o termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público.

Nós Estivemos fazendo um levantamento e 76% dos produtores que assinaram a adesão ao RR sustentável não compareceram para assinar o termo de ajustamento de conduta, o que acaba não tendo validade nenhuma. Os produtores desse Estado correm o risco de ficarem na ilegalidade a partir de dezembro, pois o Prazo para a adesão encerra agora em dezembro. O ministério Público não tem mais o desejo de prorrogar por mais tempo, porque já foi prorrogado por um ano.

O que precisa ser feito? o Governo do Estado precisa conscientizar os produtores a comparecerem para assinar o termo de ajustamento de conduta e, posteriormente, o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, e aí sim, esses produtores deverão apresentar o georreferenciamento, a documentação da sua terra para que eles não sejam multados. Àqueles que apenas assinaram o desejo, o documento aderindo ao programa, colocaram uma placa na frente da sua propriedade: Estou aderindo ao Programa RR Sustentável, e não deram mais nenhum passo, nem assinaram o TAQ, nem deram entrada na documentação na FEMARH, e correm o risco de, a partir de janeiro, serem multados nas suas propriedades. Como vai ficar a situação dessas pessoas se o prazo encerrar agora em dezembro? Queremos saber o posicionamento do Governo em relação a isso. Estamos chamando a atenção do Governo e da FEMARH, pois, quem sabe, se convidarmos a Presidente da FEMARH à vir a Assembleia Legislativa mostrar qual é a intenção do Governo, e o que pode ser feito até dezembro para que se minore e se resolva essa situação pelo menos da maior parte dos produtores, já que 76% deles estão em situação de ilegalidade.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada Deputado. Acho que o Senhor está certo em tudo o que falou. Eu só queria acrescentar uma coisa. Precisa, realmente, se fazer gestões, pois no Sul do Estado, o IBAMA, independente desses produtores, não parou, nem está aguardando a vigência da lei para que esses produtores possam ser regularizados, que os está multando constantemente. Os produtores têm a possibilidade de vir a se regularizarem junto à FEMARH. Se não estão vindo, acho que é necessário conscientizá-los urgentemente. Precisa realmente, de gestões para ampliar o prazo.

Por exemplo, no Sul do Estado está uma pressão enorme do IBAMA multando os produtores, justamente pelo fato deles não estarem se regularizando junto à FEMARH. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – São mais grave ainda, Deputada, essas informações que Vossa Excelência traz. No meu entendimento, o programa foi feito em parceria entre o Governo do Estado e os órgãos de fiscalização. Era para existir esse termo de colaboração. Acredito que exista o termo de colaboração entre a FEMARH e o IBAMA, mas, talvez, o IBAMA esteja multando porque a FEMARH, não sei, não tenha cumprido com o seu papel e o IBAMA, achando, talvez, que a FEMARH esteja relutando ou descumprindo com aquilo que foi assinado em um termo de compromisso, e acredito que exista um termo de compromisso entre a FEMARH e o IBAMA, está multando antes de vencer o prazo. Acredito que está multando de forma equivocada e por isso cabe a Assembleia convidar, mais uma vez, a Superintendente do IBAMA e o Presidente da FEMARH para que nós, pelo menos, possamos entender melhor essa questão, pois ela é muito complexa. O Congresso Nacional, hoje, está sob pressão de ambientalista, de diversos órgãos, de ONG's e defensores do meio ambiente para que altere o Código Florestal e nós não podemos fugir dessa problemática, temos que resolver nossos problemas internos a despeito da legislação federal. Então, estamos aqui fazendo esse alerta, conclamando o Governo do Estado que busque uma saída para isso e interrompa essas multas que estão sendo feitas pelo IBAMA, porque acredito que exista um termo de compromisso entre a FEMARH e o Órgão Federal, no intuito de que, pelo menos até dezembro, que é quando se encerra o prazo, dê oportunidade e esses produtores de aderirem ao Programa que é legal, aprovado por esta Casa Legislativa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Eu quero só acrescentar ao discurso de Vossa Excelência que o poder fiscalizador de alta punição é muito grande ao pequeno produtor. O desenvolvimento, o crescimento econômico passa pela agricultura familiar. Deputado, ontem um produtor da Vicinal XXIX, lá do Município de São João da Baliza, o Senhor Oséias, me procurou e eu encaminhei a minha assessoria jurídica documentos para entrar com recurso contra o IBAMA. Para você ver a falta de bom senso. Não sei se era para o servidor justificar a sua diária, mas ele saiu unicamente daqui para ir à Vicinal aplicar uma multa aquele produtor que tenha o TAQ assinado, tudo direitinho, pois ele é detentor de 41 hectares, e foi multado em 161 mil reais. Isso é falta de bom senso. Vejam bem, nós fizemos um levantamento recente, Deputado, e temos hoje no Estado de Roraima cinco mil agricultores inadimplentes na Agência de Fomento, fora em outras instituições financeiras. Se não fizermos uma força tarefa, e quero dizer uma coisa, na época, o Senador Romero Jucá, junto com o Congresso Nacional e a Presidência da República, tirou esse sufoco, pois era uma indústria de multa do IBAMA em cima dos pequenos produtores, mas está voltando. Isso não é só no Sul do Estado, mas em todas as outras localidades. Eu não sei por que isso se já temos a economia um pouco fragilizada e nós dependemos totalmente dessa agricultura familiar. Então, é preciso que esses órgãos fiscalizadores tenham bom senso em relação a isso.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Muito obrigado Deputado, nosso tempo já encerrou e finalizaremos aqui.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora e Senhores Deputados, todos aqui presente, bom-dia.

Senhor Presidente, faço uso da Tribuna para falar a respeito do orçamento de 2012. Estamos próximos de votar o orçamento e temos que nos reunir em Comissão para que possamos fazer jus, inclusive, Deputado Mecias de Jesus, a Mensagem Governamental que foi enviada a esta Casa quando do envio do orçamento.

Veja só, Deputado Flamarion Portela, na Mensagem Governamental o Governo insiste em dizer que as ações governamentais de promoção do crescimento econômico se pautam no estímulo as atividades produtivas e no desenvolvimento de setores promissores no Estado como: indústria de transformação, infraestrutura econômica, tecnologia, agricultura irrigada, agroindústria e turismo, levando em conta o princípio da sustentabilidade. Esse é um documento enviado pelo Governo do Estado, é a Mensagem Governamental que acompanha a Peça Orçamentária que deverá ser trabalhada aqui na Casa e autorizada para que o Governo aplique os recursos arrecadados e transferidos pela União dentro do Estado de Roraima.

O governo insiste em dizer que todos esses recursos serão aplicados no setor produtivo, industrial, comercial, dando plenas condições ao engrandecimento e fortalecimento da economia do nosso Estado.

Contudo, o que eu quero dizer com isso, Deputado Flamarion Portela, é que a Mensagem do Executivo não condiz com a Peça

Orçamentária. Veja bem, como que o Governador do Estado manda uma Mensagem Governamental falando que a infraestrutura, o desenvolvimento econômico se faz necessário, que tem que investir em agricultura irrigada, mas os recursos não estão previstos no orçamento para tal fim. Se ele manda uma Mensagem Governamental dizendo que nós temos que divulgar, diuturnamente, tudo que o Governo faz, ou melhor, deixa de fazer, eu acredito que está condizente com a verdade. Porque? Porque na Secretaria de Estado e Comunicação Social, está na Peça Orçamentária treze milhões de reais destinados só para produção e divulgação de matérias institucionais. Na Agência de Fomento, dois milhões de reais destinados a uma instituição que tem por fim fomentar o pequeno produtor, a pequena indústria, o pequeno comerciante, aí, diga-se de passagem que 50% desse orçamento é para a folha de pagamento. Então, um milhão, e o que se faz com um milhão em uma Agência de desenvolvimento, e mais treze milhões na Secretaria de Comunicação Social? Nós temos na ADER – Agência de Defesa Animal, Deputado Chicão que é da Comissão de Agricultura, e que é um homem compromissado com o desenvolvimento do setor produtivo do Estado, quatro milhões de reais, e dois milhões é para folha de pagamento. Hoje nós estamos aqui, com a grande necessidade de tirarmos o nosso Estado de um nível de febre aftosa que é um grau de risco desconhecido. Precisamos de investimento enquanto há na Agência de Defesa Animal e Vegetal para tal fim, para a expansão e fiscalização de produto animal, oitocentos e vinte mil reais. E, temos quase cinco milhões de reais na Secretaria de Articulação Municipal. Será que é tão mais importante se articular com os Prefeitos de outros municípios? Será que o gabinete civil não faz isso? Será que não podemos transferir essa competência para um outro órgão, para a Agência de fomento, ADER, ou seja, para que o orçamento do Estado seja realmente condizente com a Mensagem Governamental? O que quero aqui, Deputado Flamarion, é chamar a atenção de vocês que são da Comissão de Orçamento e estão próximo a deliberar, para que a gente possa ajudar o Governador, vamos ajustar a Mensagem Governamental com o orçamento, porque está uma desarmonia total. Quando o Governo do Estado, Deputado Rodrigo Jucá, que é da base governista, jovem, tem uma carreira política pela frente, e torço por isso, destina um valor para manutenção do jatinho, que serve para ir e voltar de Brasília, tudo bem que seja a trabalho, a favor do nosso Estado, mas há outras viagens que surgem e existem denúncias que o jato é usado de maneira irregular, entretanto, não entrar nessa questão, estou levantando os três milhões e meio destinados à manutenção desse jato, sendo que para a Agência de Fomento que deveria fomentar aquele pobre agricultor que está lá no interior do Estado sofrendo, plantando, cavando, cuidando de sua subsistência, só há um milhão de reais. O que eu quero é a ajuda de Vossas Excelências para que possamos ajustar esse orçamento, pois não podemos votar e mandar como está, porque além de estar em total desarmonia com a Mensagem Governamental, não estaremos fazendo o nosso trabalho, nem ajudando ou contribuindo para que nosso Estado tenha realmente recursos no orçamento para desenvolver as atividades sociais, para o crescimento e o engrandecimento econômico de Roraima, que é totalmente provável. Só nos falta vontade política, há recurso, há terra, há órgãos governamentais que cuidam de cada segmento, mas é preciso vontade, e o princípio está aqui, o princípio de tudo é o orçamento, é adequar o orçamento a essa Mensagem Governamental, é adequá-lo à necessidade do nosso povo. Necessidades de fortalecer a agricultura, a indústria, o comércio e, principalmente, a geração de emprego e renda.

Nós falamos na Rádio Folha, domingo passado, a respeito do vale solidário, e um determinado senhor que faz uma publicidade em rádios e televisão, que é da bancada de oposição aqui, disse que eu era contra o vale solidário. Foi o Deputado Flamarion quem criou esse vale, eu e os Deputados Sampaio, Diego e Mecias passamos dez meses pedindo que o Governo respeitasse aquelas pessoas que não têm se quer o que comer. O vale solidário representa o pão de cada dia, é a vida das pessoas, muitos deles não têm o alimento. Nós somos a favor do vale, nós cobramos o vale, quem não é a favor do vale é o governo que passou 10 meses sem pagar. O governador colocou o vale em operação por causa da cobrança incessante da oposição, e as pessoas nas ruas não conseguiam mais vê-lo sem atirar pedras por conta desse programa social que é tão benéfico para nosso Estado, pois alimenta as pessoas. Agora, o que eu disse naquele programa é que o vale solidário é sim de grande necessidade, mas atrelado a ele, para que as pessoas possam ter dignidade, elas têm que ter acesso ao emprego, ao trabalho, para que não dependam totalmente do vale a vida toda, e não fiquem a vida toda recebendo do governo esse plano assistencialista. O povo não lembra que na época das eleições eram cobrados em cima de palanque por políticos que diziam: o vale solidário sou eu quem dou, e preciso do voto. Ameça velada feita em cima do palanque em todos os pleitos

políticos. O que eu quero é que o nosso povo do Estado de Roraima saia dessa subserviência, dessa vida de necessitar do vale solidário, que o nosso povo possa ter trabalho, emprego, dignidade junto com suas famílias, sem estar indo se ajoelhar aos pés do governo, seja ele do PSDB, PP, PT, ou qualquer seguimento partidário. Quero é a dignidade do nosso povo e vou cobrar, enquanto Deputado, doa a quem doer. E, peço que a gente se debruce no orçamento. O Deputado Marcelo, que é o Relator, sabe que temos que atender as necessidades do nosso povo e como o Senhor é governista, também sabe que atender a Mensagem Governamental sem atrelá-la ao orçamento não é correto, porque o Governo diz uma coisa e faz outra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Brito, gostaria de perguntar a Vossa Excelência: esse orçamento destinado à Secretaria de Articulação Institucional, em que dotação ele se encontra, porque até eu fiquei interessado? Gostaria de saber em que dotação se encontra ou se é nessa dotação que está o convênio que o Governo faz com as secretarias, prefeituras municipais para o repasse da verba para a realização de coleta de lixo nesse município, porque se for isso mesmo, eu vejo que essa dotação não é importante, a não ser para assuntos meramente burocráticos, administrativos. Realmente é um orçamento complicado, mas se houver alguma atividade finalística, gostaria que Vossa Excelência lucidasse essa questão para todos nós. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. A dotação orçamentária está na Secretaria de Articulação Municipal, não tenho ainda o desmembramento do que é feito, mas são quase cinco milhões de reais. O que estou pedindo aqui, é que possamos nos debruçar, entender esse orçamento e priorizar as secretarias que realmente tenham interesse em desenvolver e engrandecer a estrutura econômica do nosso Estado.

Aparte concedido ao Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Brito, Vossa Excelência está colocando o problema do orçamento, o problema do recurso na comunicação social, mas fazendo o discurso correto com objetivos claros, para o desenvolvimento do Estado. Quero me solidarizar com Vossa Excelência, até porque, quando foi para escolher o Governador mandou o nome de um técnico, Deputada Aurilena, para a Agência de Fomento, capaz. Assim como eu, vários opositores votaram no nome que o Governador mandou, acreditando na competência do atual Presidente da Agência de Fomento. Eu que já fui do setor público, sei que não é preciso ter na Agência de Fomento dois milhões de reais para viabilizar o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar no Estado. Eu tenho que ter é competência para viabilizar recursos para a Agência de Fomento, como faz a Agência de Fomento do Estado do Amazonas, que é um espelho para as outras Agências de Fomento do Brasil, e a da Bahia, que são as que têm os melhores resultados ao buscarem recursos na esfera federal, através do BASA, do FNO especial, do Banco do Brasil, e até da própria Caixa Econômica, onde há disponibilidade de recursos para aplicação no agronegócio e na agricultura familiar.

Então, Deputado Brito, quero dizer com isso que nós estamos juntos porque escolhemos a pessoa indicada pelo governador, um técnico competente, que tem competência de buscar recursos fora do Estado. E, eu digo competência Deputada Aurilena, porque quando eu fui convidado há muitos anos atrás para criar a Secretaria do Trabalho no governo, o Governador chegou comigo e disse: “olha, Secretário comigo tem que ter competência para viabilizar recursos, estou criando a Secretaria do Trabalho, mas não para você ficar com o pires na mão aqui no gabinete do Governador”. E, fomos atrás de viabilizar recursos para a Secretaria do Trabalho que tenha o menor orçamento do Estado. Se Vossa Excelência verificar, na gestão do Senhor Getúlio Cruz, o menor orçamento de Secretarias do Estado, era o da Secretaria do Trabalho, mas ao capitar recursos fora, eu só perdia para a educação e para a saúde, por conta dos recursos constitucionais.

Então, era isso que eu queri corroborar com Vossa Excelência. Quero parabenizá-lo pela sua brilhante mensagem colocada aqui no plenário.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado Deputado Joaquim. Atendendo a solicitação do Deputado, nós vamos juntos. E, quero aqui, convocá-los novamente, de acordo com o entendimento do Deputado Joaquim Ruiz, para renovarmos o fundo de desenvolvimento social econômico para que a Agência de Fomento possa ter fontes extraoficiais. Vamos enriquecer a Agência de Fomento, fomentar o pequeno agricultor e ajudar o médio e o grande.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurilena Medeiros – Obrigada. Nós passamos o ano inteiro falando de orçamento, esperando que chegue o orçamento, e achamos pouco os recursos para as atividades que acreditamos que são prioridades. O orçamento chegou

no prazo, e temos do dia 30 de setembro até o mês de dezembro para analisá-lo, pois certamente, a Comissão vai abrir os prazos de emendas, de análise, e se necessário, podemos ter os técnicos do planejamento que estão aptos até para nos explicar porque o orçamento compõe muita coisa que a lei não permite que a gente mexa como: recursos de pessoal, serviço de dívida, muitas ações. Nós ficamos impossibilitados de fazer remanejamentos e ele vai cair. Eu acho louvável a sua iniciativa, fico alegre que a gente possa discutir esse orçamento, tomar conhecimento dele, fazer o que for necessário. Mas, quero levantar apenas duas questões. Semana passada, o Deputado Gabriel, através da presidência e da sua Comissão, nos convidou para uma reunião onde estava presente o gerente do Banco da Amazônia reclamando que o Banco estava devolvendo todos os recursos porque não havia para quem emprestar. Então, a Agência de Fomento tem limitações enquanto Agência. Ela não é um banco, mas pode capitar recursos das linhas de crédito normais dos bancos financiadores como o Banco do Brasil, o BASA que insistem em fazer fomento, em angariar recursos para empréstimos, porque, na verdade, você tem bancos particulares que são obrigados a investirem no Estado, Bancos da Amazônia, do Brasil, Bancos oficiais que estão aí oferecendo dinheiro para que os produtores possam pegar e fomentar sua produção.

Então, achei louvável a iniciativa do Deputado Gabriel, a gente está aguardando o BASA para que também o financiamento da produção agrícola não tenha que sair do minúsculo orçamento do Estado, mas sim dos bolsos daqueles que têm a obrigação de fazê-lo, porque existem bancos no Estado para isso. E, essa Assembleia já fez muito isso. E de quem nós devemos cobrar? Devemos estar aqui chamando o Branco do Brasil, o BASA, os bancos particulares, exigindo que eles cumpram realmente sua função, porque hoje a propriedade da terra começa a deixar de ser discurso para essas instituições não emprestem dinheiro para o Estado. O Estado lança a campanha da febre aftosa, mas quem compra a vacina é o produtor, os técnicos vão até lá apenas para fazerem a inspeção. Eles precisam de veículos e de pessoal, porque o restante das atividades são atividades que a Agência de Defesa tem autonomia para cobrar, e são atividades onde a cobrança da Agência se funda muito mais, como agora, na questão do TAC que o Deputado Ionilson falou, na obrigação do produtor de fazer e a Agência existe para cobrar. Por isso que talvez o orçamento não seja tão grande, porque realmente eles precisam de veículos e de pessoal para fazer cumprirem a função deles no Estado. Eu não sei se os recursos são para isso, mas, cada município hoje recebe por ano em torno de 600 mil reais de ajuda do governo do Estado, através de um convênio para pequenos serviços. Resta ver isso. No mais, quero dizer que estamos juntos na sua iniciativa de sentar, analisar e tornar coerente esse orçamento. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Querida lhe parabenizar pela iniciativa. Eu acho que temos que nos aprofundar nessa discussão do orçamento estou me colocando à disposição, bem como peça orçamentária. Tenho publicado no nosso site, nas redes sociais a divulgação da peça, colocando à disposição de qualquer cidadão roraimense cópia da peça orçamentária e estou pedindo contribuição. Já recebi acadêmicos, pessoas que estão interessadas em conhecer o orçamento do Estado, assim como já devem ter procurado Vossa Excelência algumas pessoas da área dos empresários tentando conhecer esse orçamento, no qual, constatamos, de início, algumas estratégias por parte do Governo. Primeiro, ele subestima uma arrecadação. Sabemos que o Governo tinha arrecadado muito mais que aquilo. Isso é histórico no orçamento. E, nesse orçamento não será diferente, está subestimando o valor da arrecadação do ano que vem e, com isso, ele já requer uma margem de até 20% da receita de arrecadação para gastar da forma que bem quer, sem consultar a Assembleia. Isso é uma prática do governo. Nós tomamos esse cuidado na LDO quando aprovamos, e precisamos observar a corrida do governo, essa elasticidade de manuseios de recursos sem consultar a Assembleia. É preciso que a gente tome as medidas necessárias, pois, sem sombra de dúvida, aqui a gente percebe que o governo tem o discurso de incentivar o desenvolvimento, de gerar emprego e renda, mas a prática é outra. Vou pegar, por exemplo, a Polícia Militar. O governo anuncia investimento, concurso público e pegamos o orçamento da Polícia Militar do ano passado para cá o qual passou de 42 milhões para 46 milhões, 4 milhões a mais e 6% de reposição salarial, que é um direito do policial. Agora, onde estão as 600 vagas para o concurso que o Governo está anunciando todos os dias? Não está no orçamento. Então, o discurso é um e a prática é outra.

Nós estivemos na Agência de Fomentos, o Deputado Joaquim e eu, fomos lá, e percebemos que hoje, a Agência de Fomentos é um cabide de emprego.

Temos que ir à Agência de Fomentos para discutirmos uma

política séria, pois sequer ela consegue receber. São palavras do Presidente da Agência de Fomentos. Os produtores de soja que estão devendo recursos, se quiserem pagar, a Agência não pode receber porque não tem uma política de arrecadação e recebimento dessas dívidas, sem falar dos milhares de pequenos agricultores que foram induzidos a uma política equivocada, que receberam algumas cabeças de gado para produzir leite, para vender para uma empresa que viria para cá, e o resultado que não foram a lugar nenhum. O agricultor teve que comer o gado, o seu rebanho porque não conseguia produzir, porque não tinha assistência técnica, e o resultado é que boa parte dos agricultores estão lá nas vicinais devendo ao Estado, com o nome sujo.

Se a Agência de Fomentos tivesse recursos para emprestar, não poderia emprestar porque os agricultores estão comprometidos. Sou contrário a essa ideia de conceder anistia a essas pessoas que foram induzidas ao erro. Há pessoas que usaram de má-fé, que pegaram o dinheiro do Estado, se apropriaram e foram embora. Esses não têm perdão. Têm que pagar a dívida, inclusive, a Agência de Fomentos tem que mover ações o quanto antes.

Então, Senhor Presidente, Deputado Brito, essa situação é realmente preocupante. E, eu quero me somar a Vossas Excelências.

Nós temos que encaminhar esse orçamento ao partido para o colocarem à disposição dos meios de comunicação, da internet, das redes sociais, da sociedade, para que possamos discutir profundamente e não fazermos aprovação do orçamento à toque de caixa.

Está de parabéns o Deputado Brito. Vamos discutir e aprofundar essa discussão em torno do orçamento de acordo com a mensagem governamental. Nós queremos que a base governista obedeça, cumpra aquilo que está sendo orientado pelo Governador através da mensagem governamental, que é desenvolver o Estado, Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Naldo da Loteria-Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deputado Brito, só para chamar à atenção sobre o vale alimentação, no relançamento desse programa tivemos uma alegria muito grande quando o Governo se propôs a fazer uma migração dos programas sociais e do programa vale alimentação para que as pessoas pudessem se recadastrar e sair da linha de pobreza. Eu acredito que as pessoas que recebem o vale alimentação estão na linha da pobreza para galgar uma vida mais digna, mas até agora não foi feito nada, por essas pessoas.

A agência de Fomentos enquadraria muito bem isso aí. Eu acho que está na hora do Governo fazer um levantamento, rever a questão da agência de Fomentos, daquelas pessoas que estão inadimplentes, e não pode dispensar ninguém, pode dispensar juros, multa, parcelar, porque quem pegou a vaca, se não vendeu o leite, vendeu a vaca. O Estado sempre deu tudo, por isso não temos nada. Então, pegou, tem que pagar.

Vamos cobrar do Governo do Estado que ele coloque em prática o programa, que tire as pessoas do vale alimentação e os coloque de volta no mercado de trabalho, no mercado produtivo. Muito Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Sargento Damosiel-Bom-dia a todos. Eu não iria nem fazer aparte, mas o Senhor omitiu o meu nome quando falou dos Deputados de oposição, que foram os que mais cobraram o retorno do vale solidário. Depois do Deputado Flamarion, não há nenhum Deputado que cobrou mais do que eu o retorno do vale alimentação. Eu não iria falar nada, mas, desde que eu entrei aqui na Assembleia as pessoas me falam: me empresta dinheiro porque você agora é da base aliada.

Deputado Brito, não sei se é oportuno, mas vou dizer aqui. Saiu uma nota dizendo que um Deputado havia negociado a ida para base aliada do Governo e, e eu gostaria de dizer que não foi eu. Quem estiver com esse dinheiro na mão, me empreste, porque eu estou precisando. Na minha opinião o Governo do Estado não valoriza os Deputados da base, imagine os da oposição receber 230 mil reais. Eu acho que não valemos tudo isso não.

Eu gostaria de parabenizar o seu discurso pela pertinência do momento. Estamos discutindo o orçamento e o Senhor falou dos 5 milhões da articulação municipal e me veio na lembrança que o governo já fez algumas solenidades para anunciar o repasse para as prefeituras municipais, de um recurso para a limpeza das cidades, mas, na verdade, nesse Governo, tudo o que se faz é apenas para posar para fotos, para ser divulgado.

Na verdade, as prefeituras não receberam todos os repasses, no máximo dois ou três. E, as pessoas ficam cobrando dos prefeitos achando que o Governo tem repassado esse recurso, mas essa não é a realidade dos Municípios, e os prefeitos podem muito bem confirmar isso.

Quero dizer que temos recebido muitas reclamações quanto à buraqueira que a CMT tem feito na cidade, inclusive atrapalhando o

comércio, que fica com prejuízo porque não consegue vender.

A CMT vem, faz a buraqueira, abre o bueiro no meio da rua e deixa lá, os carros passam, quebram e, as pessoas deixam de transitar, deixam de entrar numa loja porque na frente está uma buraqueira só. Então, eu acho que a CMT tem que tomar um posicionamento, quando fizer um buraco, ir tampar, pois a cidade está toda quebrada. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Quero enfatizar a Vossa Excelência que os verdadeiros homens, e eu acredito que Vossa Excelência esteja incluído nessa definição não têm preço, têm valores que são os valores morais, a ética e o compromisso com o povo do nosso Estado. Isso não tem preço.

Deputado Chicão, eu quero agradecer a Vossa Excelência, e dizer que a peça orçamentária é uma peça mais do que importante, pois ela é essencial para que possamos engrandecer e desenvolver este Estado.

Quando o Deputado Joaquim Ruiz fala em pessoas que têm que ter competência, eu acredito que o Senhor Mota tem competência, que o Secretário de Planejamento, o Doutor Haroldo Eurico Amorás, quando coloca lá para a sua Secretaria 27 milhões de reais, ao invés de colocar na de execução, também é uma pessoa que é compromissada com o nosso Estado.

Portanto, que possamos corrigir todos os erros e aplicar os recursos onde realmente o povo precisa. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores, amigos que nos visitam. Ao longo de mais de 15 anos fui acolhido nesta Casa e aprendi que nem sempre subimos a esta Tribuna para falar aquilo que gostaríamos, mas para debatermos aquilo que é necessário. É exatamente assim que me sinto neste momento depois de tantos anos como membro desta Casa, de ter sido Presidente por 8 anos e de ter compartilhado com Parlamentares, servidores e com a sociedade de um modo geral os melhores momentos de minha vida pública. Faço aqui, um discurso necessário.

Senhoras e Senhores, como Presidente recebi e respondi à dezenas de pedidos de informações dos órgãos de fiscalização, porque este é o papel destas instituições. Nunca houve uma administração tão fiscalizada quanto esta Casa em minha gestão, mas, graças a Deus, a maioria das prestações de contas já foram aprovadas pelo TCE-RR e outras estão em fase final de análise. Tudo isso é normal, somos pessoas públicas, gestores públicos, não devemos nos intimidar com o trabalho do Ministério Público e nem com o da justiça, mas o que temos que repudiar é a tentativa de utilizar esses órgãos com o objetivo de conseguir dividendos politiqueros, pois é exatamente isso que estão fazendo comigo.

Como vocês tomaram conhecimento, foi publicado no dia 6 deste mês, na coluna parabólica do jornal Folha de Boa Vista, notas informando sobre a existência de dossiês contra minha pessoa, minha família e amigos, e no dia 11 foi a minha vez de confirmar a existência destes boatos. Na verdade, desde que decidi não mais seguir como aliado do Governador, por razões que todos vocês conhecem, minha vida política, pessoal e a de todos aqueles que estão próximos de mim, virou um grande big brother. A imprensa noticiou que durante a campanha 20 policiais civis e militares alternavam-se numa vigília sobre cada um dos meus passos, de meus filhos, esposa, parentes e amigos. Além desta história do dossiê, convivo há anos com a informação de que meus telefones e das pessoas próximas a mim, estão grampeados ilegalmente. Mas o que contém este dossiê Senhoras e Senhores Deputados? Será o cumulativo dos gastos que fizemos com as ações que ora nominamos ou será um dossiê falso, mentiroso, covarde, daqueles cidadãos que eu não reputo como cidadão, porque homem que é homem, assina? Eu me lembro que recebi, na semana passada, que todos os Deputados devem ter recebido, o Senhor Faradilson Reis Mesquita, que colocou CPF, Identidade, endereço e fez um dossiê sobre a questão da energia e do dinheiro desviado pelo Governo do Estado do programa luz para todos. E, o Senhor Faradilson assinou, pois quando o cabra é homem assina e manda. Agora, quando não é verdade, eles não assinam, porque sabem que é mentira e não tem coragem de assinar. Pelo que a imprensa noticiou, este dossiê foi bancado por meus inimigos de dentro e de fora desta Casa, o que para mim, foi uma surpresa, pois não sabia que aqui eu tinha inimigos, e sim adversários, e também que teria sido elaborado com o apoio de servidores desta Casa. Confesso que isso me dói um pouco, pois sempre tive e tenho um carinho especial por cada servidor e em minha gestão não houve caça as bruxas, tratamos a todos da melhor forma possível. Aqui há servidores que nunca votaram em mim, mas sempre exerceram cargo de confiança.

Assim se abre um precedente perigoso que pode resultar na implosão deste Poder. Hoje são dossiês contra o Deputado Mecias de Jesus, amanhã será contra cada um de vocês.

Cópias deste suposto dossiê circulam em várias mãos, inclusive,

nas de jornalistas já acusados por membros desta Casa pela prática de extorsão. Meus amigos são abordados sobre o seu conteúdo em restaurantes, aeronaves e nos corredores desta Casa. Contudo, a fonte do real interessado neste dossiê é o Senhor JOTA R Rodrigues que mandou informações para a revista VEJA de 2006 sobre o Senador Romero Jucá, que o referido dossiê teria sido encomendado pelo poderoso Senador Romero Jucá, por seu filho, o Deputado Rodrigo Jucá, e pelo Governador Anchieta Júnior, e com a participação de policiais civis e militares. Segundo informações, o dossiê foi levado para o Governador pelo Delegado Geral da Polícia Civil, Fernando Olegário, o que eu duvido, pois prefiro acreditar na outra versão de que foi o Governador que o levou ao conhecimento do delegado Fernando Olegário. O Governador está junto nesta armação covarde, e já que ele não tem trabalho para mostrar e o dinheiro do Estado é todo desviado, ele precisa desviar o foco e jogar em cima de alguém e para isso me escolheu como alvo. Várias pessoas viram o Governador manusear o tal dossiê e distribuir cópias para todos os interessados no meu fracasso. Pessoas que viram o dossiê me relataram que existem cópias de documentos extraídos de diversos setores desta Casa, e outras cópias que foram adquiridas em órgãos como: SEBRAE/RR, FEMACT, INCRA, IBAMA. Documentos normais como pedidos de regularização de terras, licenças ambientais, que agora são supostas provas contra minha pessoa.

Conteria ainda dados e documentos oficiais de empresas e pessoas físicas, extraídos dos arquivos de outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais, o que mostra a força dos responsáveis por sua elaboração.

Senhoras e Senhores, antes da divulgação deste dossiê fui informado que policiais estiveram no sul do Estado de Roraima e lá fotografaram terras, empresas e me transformaram, do dia para a noite, no dono de todas elas, bem como de supermercados, hotéis, farmácias, apenas para valorizar o trabalho e, futuramente, me causar constrangimentos.

Caso não houvesse fortes indícios de interferência política do poderoso Senador, poderia garantir a vocês que estaria bem tranquilo, mas a tranquilidade virá na medida que ficar claro que será um trabalho sério e não com a mera intenção de atender os interesses políticos deste grupo que se acha superior a tudo e a todos.

Há vários meses somos atacados por pistoleiros da comunicação, disfarçados de jornalistas, que envolvem o nome da minha família, dos meus amigos e assessores, de modo premeditado e covarde, apenas para provocar uma exposição criminosa de minha vida pública.

Recebemos a informação de que em conversas com aliados, o senador Romero Jucá e seu filho, também membro desta Casa, falaram sobre o dossiê e afirmaram que até o dia 20 de dezembro acontecerá uma grande operação policial com objetivo de desdobrar o conteúdo deste dossiê, que culminaria na minha prisão e de meus aliados. Se fizerem algo contra a minha pessoa e meus familiares, os Senhores já sabem quem são os culpados.

Ora, que Estado é esse? Aonde chegamos? Isso não seria uma falta de respeito por parte de meus adversários com essas intenções? Por que esse Senador tem tanta força? De onde vem a certeza dele de que é inatingível, que pode tudo? Mas vocês devem estar se perguntando: Qual a razão desta perseguição que eu, minha família e amigos estamos sofrendo?

Segundo informações, tudo isso se daria por dois motivos: primeiro, embora o Senador Romero Jucá seja uma figura nacional, evidentemente tendo muitos amigos e inimigos em todo o Brasil, a mim, foi atribuída as articulações para veicular matérias contra ele em meios de comunicação nacional como as revistas VEJA e ÉPOCA. Honestamente, acredito que o Senador seja inteligente e sabe que eu não teria essa força, afinal, há muitos anos o Senador vem sendo objeto de reportagens de vários meios de comunicação e é sempre um escândalo atrás do outro, envergonhando nosso Estado, e posso garantir que nessas acusações não há influência minha.

Se alguém fizer menção ao tal e-mail JOTA R RODRIGO JUCÁ, etc... O episódio com o Jota R aqui nesta Casa já foi esclarecido. Na verdade, atendendo a pedido da bancada da oposição, ele encaminhou um e-mail com conteúdo conhecido na internet desde 2006 para um jornalista.

Segundo motivo, e o que eu acho mais plausível, é o meu crescimento como liderança política e o temor que eles têm em minha candidatura em 2012 e 2014. Ora, isso é um devaneio, nunca falei que seria candidato a nada em 2012 e em 2014, serei sim candidato a algum cargo, afinal eu sou político, mas não discuto isso neste momento, pois se construí uma vida política ao longo desses anos, é justo que a população tenha uma opinião favorável a minha trajetória.

Caros colegas, isso mostra o desapego com que certos políticos tratam nosso Estado e suas instituições. Eles agem como se fossem

donos absolutos de tudo e de todos, mas, antes de tudo, acreditamos em Deus e nele colocamos nosso destino e nossa fé.

A imprensa divulgou que foram gastos 100 mil reais para que fosse produzido o dossiê, o que demonstra que dinheiro não é o problema para meus opositores.

Informaram-me, também, que no dia que o dossiê foi concluído teve festa regada a uísque, vinho e champanhe.

Mas, apesar da pressão e da perseguição que tenho sofrido nos últimos anos, acredito na justiça e no trabalho dos órgãos de fiscalização, e me mantenho como sempre estive, à disposição da sociedade. Falam que estarei aniquilado até 2014, mas esse Poder é concedido somente a Deus, portanto, tudo está nas mãos de Deus.

Senhor Presidente, meus colegas de parlamento, quero dizer que não me sinto intimidado, e sim insultado com procedimentos como esses, pois quem me conhece sabe que surgiu como liderança política na oposição, sou acostumado e, ao contrário do que alguns andam falando, vim de uma família humilde e tenho perfeita noção e consciência dos meus limites. Agora, o que posso é apenas assistir o descalabro pelo qual passa o Estado com pressão, coação sobre os servidores, sobre a oposição, e não há como reagir.

Para encerrar, quero dizer para as pessoas que torcem e arquitetam planos visando o meu mal, que conto com a bondade e a misericórdia de Deus, mas lhes digo, também, que nasci como opositorista e vivi boa parte de minha vida pública nesta condição, portanto, estou acostumado e repito, isso é algo desagradável, mas, também, é uma coisa inevitável quando se escolhe esse caminho e quando se tem a coragem para enfrentar uma luta em que não se acredita mais.

Reafirmo aqui minha confiança nas instituições de Roraima e permaneço como sempre estive, à disposição de meu Estado, pois acredito que a política do bem é a saída para tão graves problemas como os que enfrentamos agora. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou abordar outro tema nesta tribuna hoje, mas, não posso me furtar de tratar do assunto que o Deputado Mecias de Jesus tratou. Eu pediria a atenção do Senhor Deputado Célio Wanderley, que é o líder do Governo, e do Deputado Remídio Monai, que por favor escutem o que eu vou dizer. As pessoas acham que nós da oposição não temos amigos, acham que durante o percurso das nossas vidas não construímos bons relacionamentos, mas construímos sim, e eu, Flamarion Portela, já tive a oportunidade de manusear o dossiê feito contra o Deputado Mecias de Jesus e vou dizer um detalhe aqui, para quando os senhores e senhoras forem manusear, e com certeza irão, pois terão a certeza que eu manuseei. Manuseei com uma certa velocidade, pois quem me mostrou tinha pressa, mas observei que lá está um documento do INCRA, com a logomarca e o nome por extenso do INCRA, e eu memorizei que há na parte superior direita, no canto superior direito da página, vários carimbos do SEBRAE. Observem os detalhes que eu estou dizendo para quando Vossas Excelências forem manusear atentarem para esses detalhes. Claro que eu não sei detalhes sobre o dossiê, estou afirmando que a gente tem amizade e consegui ver com esses olhos que a terra há de comer, como diz meu velho pai o dossiê e afirmo aos senhores e senhoras que o manuseei de forma célere, de forma rápida. Pude observar, também, que há várias notas fiscais emitidas para o Poder Legislativo, os maiores detalhes eu não sei. Qual é a dimensão? Quais são os problemas? O que está denunciando? O que sei é que folheei com celeridade e observei e estou transmitindo aos senhores esses três detalhes. Mas, quero dizer, Deputado Mecias de Jesus, que esse é também o papel do homem público. O homem público também está sujeito a determinadas coisas, e tem que estar preparado para enfrentar coisas perversas, maldosas, vilipendiosas, mas essas coisas fazem parte do cotidiano de pessoas que não fazem política e sim politicagem, das pessoas que não entendem a política como um bom debate, como uma coisa sadia. Muitas vezes as pessoas me abordam e perguntam se não tenho medo pelo fato de fazer críticas duras ao Governo Anchieta. Nunca fiz críticas ao Governador Anchieta, faço críticas ao Governo. Nunca chamei aqui o Anchieta de ladrão, e poderia, mas nunca chamei. Mostro as coisas do Governo, faço o trato aqui no Institucional, nunca fui para o lado pessoal. Mas, as pessoas não entendem isso e, às vezes, veem pelo lado pessoal. No entanto, eu, assim como o Deputado Mecias, me sinto absolutamente tranquilo e preparado para enfrentar meus opositores. Não podemos ter receio, nos amofinar e nos acovardar porque alguém está fazendo um dossiê. Eu sei, Deputado Mecias, de comentários que eu ainda não posso provar, que também estão vasculhando coisas da Ângela Portela, e muito mais do Flamarion. Eu também posso fazer um dossiê de vocês. Você citou a Orla Taumanan,

que foi paga para se fazer quatro plataformas, mas só foram feitas duas. Então, para onde foi o resto do dinheiro? A respeito disso eu tenho documentos, se formos partir para esta guerra fratricida, vai ser para matar ou morrer, não é um jogo. O que mais me incomoda diante disso tudo é a forma perversa com que se trata a sociedade de Roraima. Aqui, vou repetir pela enésima vez, se usa a filosofia que o Hitler usou para extirpar seus inimigos, para eliminar seus inimigos, para querer dominar o planeta terra, ao dizerem a mentira mil vezes até ela se transforma em verdade. O Hitler apostou tanto nisso que fez fogueira de livros para acabar com a memória do povo alemão, e a partir daí só valia o que ele dizia. Os meios de comunicação aqui são cooptados para dizerem mentiras, mentiras e mentiras, e a sociedade continua acreditando porque a informação chega tão maciçamente aos seus ouvidos que ela acredita. Se ouvem uma, dez, vinte ou trinta vezes, acreditam que é verdade. Meu Deus, dizer que Flamarion Portela é contra o vale alimentação, é no mínimo ser cretino. Cadê o dinheiro do pró custeio Deputado Célio? Cadê o dinheiro do Estágio Remunerado, do Bolsa Universitária, do Restaurante Popular? O Vale não foi pago nem pelos dez meses de atraso e os outros meses que não se pagou nada. Está no orçamento. Para onde foi o dinheiro? E aí, é muito cômodo dizer que Deputado de oposição é contra o vale. Passamos nove meses e meio cobrando o vale aqui, está nos anais da Casa, quem frequenta aqui sabe. Então Deputado Mecias, o Senhor tem o meu apoio, a minha solidariedade e aconselho que Vossa Excelência permaneça firme como uma rocha. Agora, tenho aqui em minhas mãos cada decênio de cada mês de transferência de FPE. Por exemplo nos dez primeiros dias de fevereiro o Governo de Roraima recebeu R\$ 87.624.224,64, nos dez primeiros dias de maio recebeu 80.000.000. Por que estou dizendo isso Deputado Célio? Sei que no primeiro decênio de setembro recebeu 38.537.930,69, isso sem FUNDEB, é o FPE líquido. Depois recebeu R\$ 8.000.000,00, não foi o menor, mas, foi o segundo menor. Do dia 20/10 a 30/10 recebeu um mais robusto, maior do que muitos outros, de R\$ 26.447.898,71, já esse mês, no primeiro decênio, ninguém falou nada aqui. Ninguém falou que houve um acréscimo em relação ao mês passado de mais de 20%. No primeiro decênio deste mês de outubro ele recebeu R\$ 45.000.000,00. Então, quando cresce há um silêncio absoluto, mas quando diminui um pouco, faz-se um alarde. Mas, é como disse o Deputado Xingu: transferências constitucionais de FPE e FPM oscilam mesmo de acordo com a arrecadação. E esse mês não está sendo mais robusto porque a União está fazendo a maior devolução de imposto de renda da sua história, devolvendo R\$ 2,5 milhões às pessoas que tem direito à restituição, isso já para o mês de novembro está previsto, e assim mostram os indicativos do Tesouro Nacional. A receita vai “bombar” novamente. A União já arrecadou este mês, até dia dez, R\$ 915.000.000,00 só e somente só de FPE, e pasmem o que vou dizer. Roraima tem a maior renda per capita de transferência de FPE da União, tem uma renda per capita/ano de transferência de FPE de R\$ 2.275,00 e, em segundo lugar vem o Amapá com R\$ 2.043,00. Em uma entrevista com o Deputado Brito semanas atrás, o Secretário Haroldo Amoras disse que nós éramos a terceira maior renda per capita do Brasil das 27 unidades da Federação. Sabe por que li isso? Porque está em debate no Congresso Nacional os Royalties e o Vital do Rego, que é relator juntamente com o Senador Wellington Dias do Piauí, está querendo adotar o critério de transferência de FPE e os Senadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo e de São Paulo, principalmente do Rio de Janeiro, estão retrucando essa forma de debate, porque só os Municípios do Rio de Janeiro em 2012 perderão R\$ 1.400.000.000,00. Só os Municípios, porque o Estado poderá muito mais se for adotado este critério. E, esses dados foram divulgados ontem no Senado Federal pelo ex-Deputado Federal Lindberg Farias, que mostrou as per capita do Rio de Janeiro, de Roraima e de todos os Estados brasileiros, e Roraima é campeão em per capita de FPE.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – O Senador Lindberg Farias, oriundo do nordeste, hoje Senador pelo Rio de Janeiro defendeu um dos Estados mais ricos da Federação. E, ele vem com aquele discurso do sul e sudeste bonito sobre o problema da renda per capita. Quando Vossa Excelência coloca o problema da renda per capita, e não ia nem entrar no seu discurso, mas, pedi esse aparte para corroborar com seu discurso, do Amapá e de Roraima, são os Estados que no Governo do Lula mais foram prejudicados por causa da criação de reservas naturais, reservas extrativistas, reservas indígenas e nós temos que ter uma contrapartida. Nós não somos um Estado industrial como o Rio de Janeiro e relator, naquela época, ao criarem definirem a reserva indígena Raposa/ Serra do Sol disse que nós éramos mais ou menos do tamanho do Rio de Janeiro. Entretanto, nós não

temos estaleiros patrocinados pelo Governo Federal para construir as grandes plataformas da Petrobras, nós não temos uma indústria, um agronegócio porque sempre fomos prejudicados por explorarem nosso subsolo, nossas riquezas e só nos restou, em nível de Brasil, de Governo Federal, mesmo antes, no Governo do Fernando Henrique, ao Amapá e a Roraima, teremos as melhores rendas per capita do País. Pelo menos isso, já que nem indústria nem agronegócio aqui é permitido. Nós somos um quintal de Brasília. Portanto, alguma compensação temos que ter para as pessoas que escolheram e nasceram no nosso Estado e no Estado do Amapá. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. – Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas vou esclarecer algo que talvez Vossa Excelência não tenha conhecimento ou esteja esquecido. O critério de transferência de FPM e FPE foi estabelecido na Constituição de 1988, portanto, no Governo José Sarney. Nem Fernando Henrique, nem Collor, nem Lula mexeu nesse critério de transferência. Agora que está sendo rediscutido o pacto federativo porque o que está acontecendo é injusto. Não estou aqui dizendo que Roraima não merece, merece sim, pois se nós somos um Estado pobre merecemos mais FPE. A transferência de FPE para os Estados obedece uma regra inversa onde quanto mais rico o Estado, menos FPE, e quanto mais pobre, mais FPE receberá, o que é justo. Os Estados mais ricos têm que ajudar os mais pobres, mas só que nenhum dos últimos Presidentes têm nenhuma ingerência. Amapá com suas reservas, Roraima com suas reservas não receberam nenhum centavo a mais de FPE para compensar não. Oxalá que tivesse recebido, pois eu acho que deve receber, que aqui no norte deve-se criar um FPE verde, uma série de incentivos para melhorar a região, pois, desde 1988 que este critério foi criado. A Bahia tem um dos maiores FPE do Brasil porque teve a força de um senhor chamado Antônio Carlos Magalhães, essa é uma verdade. Oxalá que com esse debate dos royalties a gente também consiga repactuar a federação brasileira, pois a União está arrecadando demais. Há uma centralização de recursos na União e há um partilhamento com Estados e Municípios bem reduzidos. Agora, o que nós não queremos é ouvir sempre essa choradeira de que Roraima não tem recurso e que quando vamos dividir os recursos pela população nós somos o primeiro do Brasil em FPE. Quando nós vamos dividir os recursos do Estado pela população de mamando a caducando, de quem tem um ano a quem tem cento e dez, dá mais de R\$ 800,00 por mês, não existe uma renda per capita dessas em raríssimas exceções, na federação brasileira. O que acontece aqui é que 0,01% da população usufrui da riqueza e os 99,9% ficam a ver navios. A riqueza de Roraima está centralizada nas mãos de poucos e o resto está à mercê da sorte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Queria parabenizá-lo por seu discurso, pois Vossa Excelência é sempre muito estudioso e traz à tribuna dados relativos ao Estado. Mas, o que nós queríamos dizer é exatamente isso, pouquíssimas pessoas não têm do que reclamar e a imensa maioria não tem para quem reclamar. Então, esses dados são muito significativos, pois chamam a atenção e a responsabilidade de todos nós parlamentares que vamos analisar o orçamento do Estado. Está nas nossas mãos pelo menos o melhor direcionamento desse Estado, porque o que se tem visto ultimamente é que a Assembleia, de forma até subserviente, tem feito apenas aquilo que o Governo quer. Pouquíssimos de nós, eu me incluo, estuda o orçamento com mais profundidade para que possamos dar um melhor direcionamento para estes recursos. Os recursos estão muito concentrados e, por isso, os dados são esses: um orçamento fenomenal e um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixíssimo, e a população cada vez mais empobrecida. Nós, na Assembleia Legislativa, nós Deputados, temos uma parcela de responsabilidade talvez até maior do que a do próprio Governo, porque cabe a nós direcionarmos isso, mas não fazemos o nosso papel de forma adequada. Então, fica aqui uma “meia” culpa e um alerta para que nós possamos estudar melhor o orçamento e direcionarmos melhor os recursos que vêm para este Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. – Agradeço o aparte ao Deputado Ionilson Sampaio e encerro o meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, pelo fato de ter sido citado, teria o direito de me pronunciar, mas deixarei essa oportunidade para amanhã porque da mesma forma que quem me acusou teve tempo suficiente para planejar esse ataque a minha pessoa e a pessoa do Senador Romero Jucá, eu gostaria de ter tempo hábil para poder responder essas acusações que a mim foram

dirigidas. Então, não utilizarei dessa oportunidade, nesse momento, ainda que o Regimento me garanta. Amanhã darei a resposta adequada a tudo aquilo que foi dito a meu respeito. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Discussão e votação, em turno único, da Moção de Pesar nº 011/11 pelo falecimento da Senhora Clea Palermo, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 12 do corrente. Requerimento nº 054/11, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Ângela Águida e Brito Bezerra, requerendo que a Sessão do dia 20 de outubro seja transformada em Comissão Geral, em apoio a I Marcha das Flores em prol da valorização feminina e da defesa dos direitos da mulher em Roraima. Requerimento nº /11, assinado por vários Deputados, requerendo que a Sessão Plenária do dia 27 do corrente, seja transformada em Comissão Geral, momento em que os Senhores Luís Emi de Souza Leitão, Presidente da FEMARH, e o Promotor do Meio Ambiente, Doutor Luís Carlos, farão um exposição sobre o Programa Roraima Sustentável. Projeto de Lei nº 005/11, que institui no Estado de Roraima o Dia do Agente Comunitário de Saúde, de autoria do Deputado Ionilson Sampaio. Projeto de Lei nº 006/11, que dispõe sobre a padronização das escalas de serviço dos policiais e bombeiros militares do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Soldado Sampaio. Projeto de Lei nº 020/11, que institui o dia 15 de abril como dia da conscientização sobre o autismo no âmbito do território do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Moção de Pesar nº 011/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – lida a Moção de Pesar nº 011/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira)- Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutí-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Moção nº 011/11.

Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 054/11

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) - Lido o Requerimento nº 054/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira)- Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutí-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento nº 054/11.

Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 05/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) - Lido o Projeto de Lei nº 05/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu acho que é uma homenagem justa que o Estado de Roraima faz aos Agentes Comunitários de saúde, pois todos nós sabemos do trabalho deles, nos programas de saúde da família, acompanhando aquelas doenças de notificação compulsória como é o caso da diabetes e da hipertensão. Eles criam verdadeiros vínculos com a sociedade fazendo esse acompanhamento e levando esse trabalho para os nossos médicos e enfermeiros. Então, os Agentes Comunitários de Saúde têm que ter esse reconhecimento da sociedade. Nós fizemos essa proposta de instituir no Estado de Roraima, a exemplo de praticamente todos os Estados da federação, o dia dos Agentes Comunitário de Saúde. É uma homenagem simples, mas é um reconhecimento da sociedade ao trabalho que eles desempenham. Portanto, eu peço aos meus Pares que aprovem o nosso projeto de lei. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Informo que os Senhores Deputados têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 005/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 006/11 e emenda.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 006/11 e emenda.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutí-la, coloco-a em votação.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito o adiamento de votação da matéria.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o nosso líder está certo, ele tem competência para isso, mas, a Relatora foi a Deputada Aurelina e já houve um bom debate com relação a essa matéria. Eu pedira ao nosso líder que colocássemos esse projeto em votação, pois já houve um amplo entendimento para que se chegasse a um entendimento com relação a essa matéria.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira)- Acato o Requerimento do Senhor Deputado Célio Wanderley, ficando a matéria transferida para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, eu gostaria que me fosse comunicado com antecedência mínima de 24 horas, o dia que esse projeto irá entrar em pauta para votação novamente. Eu tenho interesse nesse projeto, pois é de nossa autoria. Ele foi amplamente debatido nas três comissões, inclusive, respeitamos o pedido de adiamento de votação por parte do líder do Governo, visto que ele tem direito de ter conhecimento do projeto e me coloco a sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Deputado, regimentalmente o projeto entra na pauta da Sessão de amanhã se Vossa Excelência estiver presente, como é de praxe da Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 020/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 020/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, eu quero pedir o apoio de todos os colegas a esse projeto de lei, pois como foi dito aqui, na justificativa e no parecer do relator, são inúmeras e desconhecidas as famílias que tem entes autistas no seu seio familiar. E, é importante que possamos discutir, fomentar e trazer políticas públicas de apoio a essas famílias de modo a garantir o desenvolvimento sadio desses entes, de forma a garantir o apoio psicológico e técnico a essas famílias para que possamos garantir um convívio mais próximo da normalidade a todos aqueles que são autistas no nosso Estado. Para se ter uma ideia, Senhor Presidente, somando todas as deficiências físicas e mentais estimasse que no Estado de Roraima haja em torno de trinta mil deficientes, o que seria algo em torno de 8% da população. Eu tenho certeza que toda política direcionada nesse sentido será muito bem vinda, pois, precisamos efetivamente dar um apoio maior a essas pessoas. Então, eu peço o apoio de todos os colegas para que possamos aprovar o projeto.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Informo que os Senhores Deputados têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 020/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº05/11

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Requerimento nº 05/11.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento nº 05/11.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Remídio Monai - Senhor Presidente, eu, como um dos membros da Mesa Diretora, quero pedir para que a nossa Assessoria ou o líder do Governo nos informe a situação do Projeto do DETRAN que está aqui, parado na Casa.

O pessoal do DETRAN está vindo aqui em quase todas as Sessões e houve o entendimento do Diretor do DETRAN com o Governador para que esse projeto fosse aprovado. Esse projeto já tramitou aqui nas Comissões, e eu gostaria de saber, porque parece que há uma mudança por parte do Governo a respeito do Projeto. Eu gostaria que a Mesa Diretora ou o Líder do Governo se pronunciasse a respeito disso, porque fica parecendo que nós aqui da Assembleia não estamos querendo aprovar ou dar andamento ao Projeto do DETRAN.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio- Senhor Presidente, nós temos um Requerimento de autoria de vários Deputados que convida o Senhor Emílio de Souza Leitão, presidente da FEMARH e o promotor do meio ambiente, Doutor Luiz Carlos, que farão exposição sobre o programa RR Sustentável, sobre o problema que nós levantamos na tribuna hoje, o encerramento do prazo e questão da ilegalidade, visto que os produtores estão em risco e na eminência de serem penalizados. Então, o Requerimento está aqui e eu gostaria de pedir a aprovação dos Senhores para que fosse marcada, posteriormente, pela Mesa Diretora, a vinda do Presidente da FEMARH e do Promotor do Meio Ambiente, Doutor Luiz Carlos.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros- Na verdade, eu gostaria de responder ao Deputado Remídio. O Projeto de plano de cargos e salários do DETRAN ainda não passou pelas Comissões, ele está na Ordem do Dia de hoje na Comissão de Constituição e Justiça, e ainda não tramitou. O Relator vai ser designado hoje, até porque há vários Projetos de autoria do Poder Executivo que tratavam da mesma questão de planos de cargos e salários e aumento de cargos. Houve, naquele momento uma orientação para que a gente priorizasse, e o Projeto de Plano de Cargos e Salários do DETRAN está hoje na Ordem do Dia. Ele ainda não tramitou, começa a tramitar hoje.

Outra questão, Deputado Chicão, na Sessão anterior, na semana passada, eu solicitei a Superintendência que fosse feito um relatório dos Projetos que se encontravam nas Comissões, segundo a maioria dos Deputados que aqui se pronunciaram, e que estavam parados. Nós pedimos um relatório que já foi passado e nós queremos solicitar a Mesa uma reunião das Comissões Conjuntas, para que possamos deliberar todos os Projetos que se encontram aqui. Inclusive, há Projeto que se encontra aqui desde 2003. Então, amanhã eu gostaria que fosse convocado pela Presidência uma reunião de Comissões em Conjunto, para que possamos fazer um mutirão para analisar todas essas proposições que se encontram aqui, as quais, a maioria das quais já perdeu o objeto. Eu gostaria de solicitar isso.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira)- Acatando a solicitação de Vossa Excelência, está convocado para o dia de amanhã, a reunião, após a Sessão Plenária.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero lembrar aos membros da Comissão de Educação e Saúde que amanhã, às três horas há reunião da Comissão com o Reitor da Universidade Estadual de Roraima.

Por uma questão de preocupação referente ao discurso do Deputado Flamarion Portela, nada a ver com o FPE, mais com o FPM, essa é uma matéria que eu conheço bem Senhor Presidente, Vossa Excelência que é oriundo do interior de Roraima, de Alto Alegre, sabe que o 0.6, do Município de Roraima representa hoje em média 140, 170. Ele oscila muito. O 0.6, por exemplo, do Estado de São Paulo representa em torno 370 mil reais por mês. O 0.6 do Estado do Amazonas representa em torno de 250, 260 mil. Então, esse problema de você mexer na lei 45. Na época em que o Senhor Carlos Magalhães era vivo, ele beneficiou, pela pressão e força política que tinha, o Estado da Bahia, mas os outros Estados do norte, nordeste foram também beneficiados. Essa questão de discutir a renda per capita é um discurso muito bonito. Vejam bem, se formos discutir a renda per capita do Estado do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e comparar a de com Roraima, pode fechar Roraima. Agora, você que olhar a parte também do tamanho do Estado, como vive um habitante nosso de Santa Maria do Boaiaçu, perceberá que nós não temos nenhuma situação dessa no Sul, maravilha. É lógico que a nossa renda per capita tem que ser diferenciada. Uma coisa é você ter habitantes lá na fronteira no Uiramutã, onde o custo é diferenciado, pois a infraestrutura que o Governo brasileiro criou no sul e sudeste é diferente do norte. A renda per capita do Amapá também tem que ser diferente. Então, não se pode olhar apenas o aspecto demográfico da região, temos que observar, também, a situação geográfica de cada região, o tamanho de cada Estado, a população rarefeita de cada Estado, mas tem que estar tanto a saúde, educação, energia, presentes, especificamente em Roraima que tem grande demarcação de áreas indígenas, onde o Estado brasileiro, o Governo Federal está ausente, e quem cobre é o próprio Estado, e essa renda per capita, quando é colocada, pode contribuir para nos prejudicar amanhã. Os recursos do FPM mesmo, 85% da receita dos Fundos Constitucionais do norte, nordeste e centro oeste, a nossa renda de FPM aqui, é infinitamente pequena para os municípios do interior e para o município de Boa Vista. Com o aumento da renda per capita de Boa Vista, caiu a receita do FPM. Isso refletiu na atual administração aqui no nosso município, aumentando os problemas de limpeza, de saúde pública. É bom que a gente esclareça essa situação para que as pessoas tenham

noção e para que, amanhã, o Supremo Tribunal que já levantou a inconstitucionalidade da lei 45 em relação ao FPE e FPM, e a nossa bancada, estejam atentos para que a gente não venha a perder repasses e piorar mais a situação dos municípios de Roraima, que já é precária.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero relatar a nossa visita à comunidade de Três Corações, no quilômetro 100, município de Amajari. Na última sexta-feira 13, comunidades indígenas se reuniram e fizeram uma grande concentração, mais de 500 pessoas interditaram a BR-174, durante 2 horas, com objetivo de chamar a atenção do Governo municipal e estadual para a situação precária em que se encontram aquelas comunidades indígenas e não indígenas, no tocante a questão da educação, saúde e segurança. Estive em algumas comunidades indígenas e constatei coisas absurdas. Estivemos na comunidade Três Corações, e os moradores estão reivindicando seus direitos. Peço à base governista, ao Presidente da Comissão de Segurança para nos reunirmos com a Secretária Lenir, para discutirmos essas questões. Está vindo uma carta das reivindicações daqueles moradores que já decidiram que se em 15 dias não vier nenhuma contrapartida por parte do Governo, eles vão vir e vão ocupar a Secretaria de Educação do Estado. Eu quero pedir a base governista que não deixe isso acontecer e que possamos dar um apoio especial a eles que reivindicam coisas básicas, reforma de escolas, livros, merenda, transporte escolar. Essa manifestação repercutiu em todo o Estado, a mídia deu cobertura, e a nossa preocupação é buscarmos entendimento para resolvermos os problemas daquela região. O grande discurso que ouvimos lá foi o de abandono. O Governo esteve lá, a oposição também, os Deputados estiveram lá pedindo votos naquela comunidade, e eles relataram que chegaram candidatos de helicópteros, hilux, fizeram festa para conquistarem os votos e depois sumiram. O prefeito tem se mostrado ausente nessa discussão. Quero ter a oportunidade de encontrá-lo, pois ele tem o dever de dar satisfação aos seus municípios que estão abandonados. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria de dizer ao meu amigo Joaquim Ruiz que eu conheço algumas questões não com profundidade, mas o que eu levantei aqui foi um debate que está a nível nacional sobre os royalties e, nesse estudo, há essa comprovação da renda per capita de Roraima já mostrando que Roraima, pelo fato de ser um Estado pobre, pela inversibilidade da aplicabilidade dos recursos serem aquinhoados a esse valor, a partir de 2012, não só Roraima, mas o Estado e seus municípios, já vão ter também participação nos royalties. Esse projeto será aprovado ainda nesse exercício, e a previsão é que seja amanhã. Eu trouxe, a questão da renda per capita demonstrando hoje que sempre é assim, quando um mês oscila para baixo, há uma conversa que se espalha que baixou, quando aumenta um pouco a um silêncio. Eu acho que deveria dizer que reduziu um pouco agora, mas esse mês aumentou. Quando a gente vai para o geral, há até um incremento superior ao que foi previsto, há um crescimento real das transferências de FPE para o Estado de Roraima.

Quero parabenizar os nossos professores, pois dia 15 foi o dia do professor. Eu disse em tempos atrás, tenho dito com frequência e vou repetir agora, que o ente público de qualquer sociedade é o professor. O professor é mais importante do que o Deputado, o senador, o juiz, o desembargador, o conselheiro, é mais importante do que o mais alto escalão do Governo, porque ele planta uma semente que vai se transformar numa frondosa árvore de conhecimento. Ele prepara as pessoas para serem vencedores, triunfem na vida, portanto, o professor, apesar das dificuldades e aqui eu tenho um artigo escrito por uma professora relativamente forte, trabalha com afinco, e nós não podemos deixar de valorizar o professor, de reconhecer o preponderante e essencial papel que ele exerce. É através do conhecimento que nós mudamos de vida. Muitas vezes as pessoas têm oportunidade de mudar de vida porque ganharam dinheiro, mas aqueles que são vencedores e permanecem vencedores são aqueles que têm conhecimento. O mundo globalizado do século XXI exige de cada professor muito mais conhecimento e muita sedimentação na transferência desses conhecimentos, fazendo com que os nossos processos de ensino e aprendizagem sejam mais elevados, para que a nossa sociedade, nossos jovens alcancem mobilidade social.

Também quero parabenizar os médicos que fazem um trabalho preponderante salvando vidas, os quais se dedicam dia e noite ao propósito de oportunizar as famílias terem saúde, de evitar que as pessoas adoçam e cheguem ao leito do hospital, e esse é o papel mais nobre. Nós não podemos ter um ministério das doenças, mas temos um ministério da saúde, e saúde significa evitar que o pai de família adoça,

ou seja, trabalhar na prevenção. Está constando no nosso relatório de quando fizemos aqui o Seminário da Saúde, um seminário brilhante, com a participação popular, a lei. Demos oportunidade de se contratar temporariamente, por um ano, trabalhadores em saúde, e definimos outro quesito para que eles não tivessem dois empregos. Agora eu pergunto: Cadê o plano de cargos e salários da saúde? O Conselho Regional já trabalhou nesse plano, o encaminhou ao Secretário Leocádio, mas não foi feito debate, está acabando o ano e não chega aqui o que está comprometido naquele documento, e a palavra do Secretário Leocádio, sentado nesta bancada, é que mandaria para cá o plano de cargos, salários e carreira. Nós devemos homenagear os nossos médicos, mas homenageá-los valorizando a carreira do profissional. Nós temos aqui aprovado salário de 13, 15, 17 mil e o médico continua ganhando em 40 horas 4 mil reais. Será que isso é justo? Nós aprovamos cargo comissionado aqui de R\$ 19.950 reais e o médico continua ganhando 4 mil reais. Nós aprovamos salário de 8 mil para o advogado trabalhar das 8 horas às 13 horas, e cadê o plano de cargos e salários dos nossos médicos? Nós temos que valorizar essa carreira. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Quero desejar meus parabéns aos médicos. Presenciamos no dia a dia a responsabilidade, o sacrifício, a abnegação dos médicos. Eu queria parabenizá-los em nome dos meus dois filhos médicos, Juliana e Jean, pois sei muito bem a abnegação, o sacrifício, a disponibilidade e a responsabilidade desses profissionais. Então, quero levar o nosso abraço a eles pelo dia do médico, e dizer ao Deputado Flamarion que o mesmo compromisso que foi assumido por muitos aqui nesta Casa, nós também assumimos pela legalização da carreira profissional da saúde, pelo plano de cargos. Nós também temos esse compromisso, até porque, como servidora pública, luto pela legalização de todos servidores. Nós sabemos o plano de cargos e salários que está sendo trabalhado, para que antes do fim da legislatura possamos aprová-lo aqui esse plano dos servidores da saúde. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero aproveitar o Expediente de Explicações Pessoais para parabenizar os médicos do nosso Estado que de forma valente, comprometida, correta, atendem sem nenhuma estrutura, ou com a mínima estrutura possível que lhe é dada pelos poderes público do Estado, com dedicação a população. Quero mandar meu abraço e parabenizar todos os médicos do nosso Estado e fazer isso em nome da minha filha Jenniffer de Jesus que é médica, está trabalhando em nosso Estado e, em nome do meu outro filho que está em Brasília, que é o Deputado Federal Jhonatan de Jesus, uma vez que, já era pra ter concluído o curso de medicina, mas a política não deixou. Porém, ele está concluído em Brasília. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Quero parabenizar todos os médicos do Brasil, em especial os médicos do Estado de Roraima, e registrar nossa alegria e felicitações a eles nesse dia.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 19, à hora Regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 19/10/2011

**ATA DA 2061ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA
 SILVEIRA.
 (Em exercício)**

Às nove horas do dia dezenove de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Convido o Senhor Deputado Erci de Moraes para atuar como Primeiro Secretário ad doc.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memo nº 240/11, de 18/10/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 18 e 19/10/11.

.Memo nº 023/11, de 18/10/11, da Deputada Ângela Águda Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 18, 19 e 20/10/11.

EXTERNOS:

.Comunicado nº AL096670/11 e nº AL096671/11, de 13/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá - Senhoras e Senhores bom dia.

Quero cumprimentar os colegas Deputados, a Mesa Diretora, a imprensa e as pessoas que nos visitam hoje aqui na Assembleia Legislativa.

Infelizmente hoje, utilizo esta tribuna não para apresentar Projetos que beneficiam a sociedade roraimense que confiou em mim, quando me elegeu, para defender os seus interesses nesta Casa, mas para responder, mais uma vez, as acusações feitas contra mim, contra meu pai, entre outras pessoas, imputadas pelo Deputado Mecias de Jesus.

Ao longo deste ano ouvimos, por diversas vezes, aqui na tribuna, o Deputado Mecias de Jesus dizer ter sido alvo de perseguição política, extorsão de jornalistas, dossiês, e até de ameaças de morte. Quem dos Senhores não se lembra dos inúmeros discursos onde o Deputado Mecias sempre era vítima de alguém ou de algo, até mesmo de um coitado que passava fome em seu gabinete. Até agora, nada foi comprovado ou documentado. Seria até difícil acreditar de novo, não fosse pela afirmação do Deputado Flamarion de que manuseou o suposto dossiê.

Ontem, mais uma vez, a história se repetiu. Só que agora direcionado a um alvo.

Superada a surpresa do ataque infundado e inesperado, ficou claro e visível para mim, e acredito que para outros também, a estratégia do Senhor Mecias em escolher especialmente o Senador Romero Jucá, entre outros, como alvo de seus ataques. Com clareza, posso atribuir a uma torrente de sentimentos seu ato de ontem. Sentimentos como desespero, medo e frustração, causados principalmente pela perda de visibilidade e influência política, já que não é mais quem dá as cartas aqui dentro. É, no caso, a derrocada, a decadência que lhe amedronta.

Isso tudo não passa de vaidade de quem um dia já ditou as regras aqui e lá fora, e agora está perdendo o prestígio. E não é só eu que estou falando, isso é conversa nos corredores e em todos os bares de Boa Vista, como foi noticiado na coluna de jornal. Então, o que o Deputado faz hoje é se engalfinhar numa briga com alguém que tem uma estrutura tamanha, para garantir para si o espaço nos jornais que já não tem mais.

Ou é isso, ou Vossa Excelência quer desviar o foco de si, quer criar uma cortina de fumaça, e tirar da sua responsabilidade o que lhe é supostamente atribuído.

Talvez essa seja a sua estratégia de defesa. Entendo a sua angústia. Nos acusa por não saber quem são os seus verdadeiros inimigos.

Festa com uísque e champanhe, outras comemorações, operação policial com data marcada para acabar com Vossa Excelência, nada disso existe. Deve ser tudo fantasia como nas outras vezes, ou é parte do seu plano para chamar a atenção.

Certamente o que lhe deixa intrigado é a nossa indiferença, porque, em verdade, nós pouco nos importamos com o que o Senhor faz ou deixa de fazer.

Eu nunca disse que seria candidato a prefeito e nem o Senador a Governador. O Senhor tem atribuído a mim, e ao meu pai, tudo que falam a respeito de sua pessoa. A partir de agora também vou responsabilizá-lo por tudo que é noticiado contra mim, e contra o Senador, inclusive, a pichação de todos outdoors que coloco na rua.

Peço licença para usar uma frase do seu discurso de ontem quando disse: “é muito fácil acusar as pessoas, expô-las de modo negativo diante da opinião pública”, pois é exatamente isso que Vossa Excelência tem feito comigo desde que assumi essa vaga de Deputado.

Se há um dossiê e se há acusação, Vossa Excelência deve responder pelos atos e não transferir a responsabilidade para nós e nem para funcionários públicos de Roraima, como fez ontem ao acusar policiais civis e militares, instituições governamentais e servidores desta Casa.

Temos uma história política de oposição há 23 anos em Roraima, e nunca utilizamos este tipo de instrumento contra os nossos adversários políticos. Por isso, refutamos essas alegações.

Vossa Excelência, por outro lado, têm experiência nisso e já tramou contra mim, e contra outro Deputado.

Nós não entraremos nesse ringue. Pretendo não utilizar mais esse espaço para tratar de assuntos que não sejam de interesse coletivo, bem como para responder ironias infantis ou ataques de baixo nível, pois entendo que o nosso papel aqui é trabalhar e discutir Projetos que beneficiem à sociedade e não utilizar esse tempo para ataques pessoais. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio- Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhores da imprensa, cidadãos que acompanham esta Sessão no dia de hoje, meu cumprimento especial aos colegas de trabalho do DETRAN que estão aqui numa peregrinação, há mais de um mês, tentando fazer valer os seus direitos nessa Casa. Continuem reivindicando o direito de vocês. Com certeza esta Casa vai ter que dar uma resposta aos Senhores o quanto antes.

Quero cumprimentar, em nome da nossa Presidenta da Associação dos Policiais e dos Bombeiros, a Senhora Kézia, todos os policiais e bombeiros presentes. Quero saudar, também, o nosso comandante do corpo de bombeiros, o coronel Leocádio, que veio nos prestigiar no dia de hoje.

Senhores e Senhoras, não tenho o dom da poesia e nem da leitura como o Deputado Ionilson, que uma vez ou outra recita nesta Casa.

Eu quero citar uma marcha, uma cantiga de ninar que a gente usa erroneamente para acalantar nossas crianças, que é o marcha soldado, cabeça de papel, se não marchar direito vai preso no quartel, o quartel pega fogo, a polícia deu sinal, acuda, acuda a bandeira nacional. É algo que parece que não tem nada de ofensivo, mas se formos analisar, vamos achar algo pejorativo, soldado cabeça de papel. Essa é uma questão cultural que é inserida dentro das corporações. O soldado, o cabo é tratado como elemento de execução, como aquele elemento que não pensa, simplesmente obedece à ordem. Isso é o que vem sendo ditado nas corporações e na Polícia Militar de Roraima, essa é a vontade do alto escalão.

Só que este soldado que está aqui falando neste momento, o Soldado Sampaio, e tantos outros colegas, não somos mais cabeça de papel, continuamos soldados, mas somos pessoas com senso crítico, formadores de opinião, sabedores dos nossos direitos e vamos atrás.

Não aceitamos ir preso no quartel, sem termos o nosso direito de defesa, como nos garante a constituição. Um exemplo claro disso foi o movimento dos policiais e dos bombeiros em 30 de março de 2009, onde um grupo de 600 policiais e familiares fizeram durante 24 dias a ocupação dos quartéis da Polícia militar, reivindicando os seus direitos, direito a carga horária, direito ao estatuto, a lei de remuneração, a aposentadoria digna. Então, foi uma demonstração de que não aceitamos mais esse termo pejorativo “soldado cabeça de papel”, pois nós somos seres pensantes e críticos.

Esse movimento aconteceu e teve um fim devido a um termo de acordo e compromisso, onde o Governo do Estado se comprometeu com o Comando da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiro, o Secretário de Segurança da Casa Civil, assinou o termo, que no decorrer do ano 2009 encaminharia para esta Casa um Projeto de Lei criando o Estatuto dos Militares, contendo a Lei de Remuneração por subsídio e a questão previdenciária. Já se passaram dois anos e se nós cartamos o tempo para os policiais militares que entraram no ano 2000, são quase onze anos que esses policiais sequer têm uma legislação. Nós tivemos que apelar para tudo e para todos. A última tentativa foi os soldados da polícia militar se reunirem e elegerem um Deputado Estadual, no caso eu, para representá-los. Mas fizemos de tudo, está aí o Deputado Damosiel que conhece nossa articulação, conhece nossos pedidos ao Governo e sabe que nunca fomos atendidos. E, para surpresa nossa, a Primeira Dama teve que sair lá da sua pasta, do Serviço Social, para interferir na Casa militar e se comprometeu abertamente que queria ajudar a criar o Estatuto dos Policiais e Bombeiros. Algo foi destinado ao Comando do Corpo de Bombeiros que se comprometeu e vem demonstrando boa vontade, e que logo logo estará nesta Casa, mas as demais legislações ainda não estão sendo discutidas. Fiz esse breve apanhado

para sensibilizar os senhores com relação ao Projeto que se encontra na Ordem do Dia de hoje. Já conversei com o Presidente e ele me garantiu que colocará em votação, pois ontem o Deputado Célio pediu adiamento de votação, mas o prazo regimental seria até hoje e, espero que a Mesa coloque em votação esse projeto que trata da padronização da carga horária de policiais e bombeiros, pois é inadmissível que continuemos na contramão dos direitos humanos. Nós continuamos na contramão com as demais polícias do Brasil que têm sua carga horária regulamentada, e até com a justiça brasileira que já determinou vários mandados de junção obrigando as polícias militares e os bombeiros a regulamentarem sua carga horária. Há algum tempo atrás tivemos a Conferência Nacional de Segurança Pública onde todo o Brasil se manifestou através das conferências municipais e estaduais, em Brasília, e participamos efetivamente. E lá, uma das diretrizes foi votada para definir uma carga horária para policiais e bombeiros, inclusive, o Presidente Lula foi à Tribuna e fez o seguinte discurso: o policial e o bombeiro, não é porque estão fardados que são super-homens, são seres humanos que estão por trás de uma farda, que têm uma família, têm direito a educação, ao lazer e a um tempo para estudar. E, só conseguiremos isso se tivermos uma folga na nossa carga horária, como os demais servidores têm. Então, não vejo o porque desta Casa não aprovar este projeto. Esse discurso de que não há efetivo, que vai causar prejuízo à polícia militar é um discurso vazio. Sabemos hoje, que a falta de efetivo da polícia militar e do corpo de bombeiros não é por causa de folga não, é por duas questões. Em primeiro lugar, o Governo vem há anos mentindo para a sociedade, para os policiais, prometendo realizar concurso público, mais uma mentira do atual Governo. A prova disso é que na peça orçamentária da polícia militar ele anunciou 600 vagas para o concurso público, 300 para este ano e trezentas para 2012, e no orçamento há apenas quatro milhões a mais, passou de 42 milhões para quarenta e seis milhões. Esses quatro milhões a mais só dão para refazer a reposição salarial que ele vai ser obrigado a fazer em maio. Vai fazer concurso público como? Vai contratar pessoas como se não há recursos, se não foi projetado? A mensagem do Governo se contradiz com os números. Então, é um discurso vazio esta questão de fazer concurso público. Eu preciso ver para crer. E nesse discurso já se vão doze anos com a promessa de criação do estatuto e de uma lei de remuneração. Por isso, não tenho porque acreditar. Vamos cobrar persistentemente, durante os nossos quatro anos, constantemente. Outra desculpa para não aprovar a carga horária de 40 horas, é que vai fazer com que não haja policiamento na rua. Aí a história é outra, temos um efetivo de 1.400 homens e não é o suficiente? Seria necessário 13.000 mil homens, mas esses 1.400 bem distribuídos fariam a diferença. E eu explico porquê. Vou pegar aqui o Município do Amajari como exemplo. Hoje no Amajari temos dois policiais para atender o Município e um no Trairão. Três policiais para toda aquela região do Trairão, Amajari, Km 100, Bom Jesus e Tepequém. Estive no Amajari, recentemente visitando um colega que está sozinho tomando conta do prédio. Ele tira 24hs de serviço e folga 24hs, e o que está na folga de 24hs fica de sobreaviso e, nesse dia, o colega estava para a cidade e chegou um cidadão chorando pedindo para que fossem até a casa dele socorrê-los, pois havia um cidadão agredindo seus filhos, sua esposa, e o policial não foi atender a ocorrência porque estava sozinho. Inclusive, quando falei que era o Soldado Sampaio, o cidadão chorou para eu ir atender a ocorrência. Eu disse que não podia ir, pois sou ex-policial e quem teria que atender era o companheiro que estava lá, só que eu o orientei a não ir, pois o mesmo estava sozinho. Em Caroebe, o Sargento Camilo, que está lá há vinte e poucos anos, teve que tirar a vida de um cidadão porque ele estava sozinho em uma ocorrência e teve que se defender como pôde. No Baliza também não é diferente, e nos outros Municípios também. Então, para mim, é apenas uma questão de gestão. Se nós formos olhar quantos policiais têm nos setores administrativos, estão superlotados. Se formos verificar, há colegas nossos aqui da Casa que têm quatro policiais para fazer a sua segurança. A cidade do Amajari tem dois policiais para atender toda a comunidade e a segurança do Prefeito. Hoje, teve gente do comando da polícia militar aqui na Assembleia tentando convencer alguns Deputados a votarem contra esse projeto, o que para mim, é uma afronta ao direito do cidadão, do policial e bombeiro militar. Somos cidadãos e queremos respeito, e o respeito é ter uma carga horária definida. O Governo do Estado que priorize a Segurança Pública, que traga recursos para a polícia militar e para o corpo de bombeiros, que faça concurso e que

os policiais do quadro da polícia militar sejam colocados no policiamento ostensivo que é a atividade afim de um policial. Então, senhoras e senhores, quero, humildemente, esse soldado que não é cabeça de papel, pedir a aprovação desse projeto de lei que é um projeto autorizativo. Digo mais, o Governo só vai cumprir se quiser, mas é uma demonstração desta Casa, deste Poder Legislativo de que nós temos boa vontade em resolver e que somos solidários aos policiais e bombeiros militares. Com toda certeza o mandado de junção impetrado pela companheira Kézia no Tribunal de Justiça vai ser favorável, e a justiça do Estado de Roraima vai determinar o quanto antes que seja regulamentada uma carga horária para os policiais e bombeiros. Então, nós vamos nos anteceder e votar esse projeto autorizativo e deixar na mão do governador para ele regulamentar. Inclusive, uma portaria interministerial da SENASPE diz que qualquer Governo do Estado só vai receber recursos do órgão se houver um convênio entre o Estado e o Ministério da Justiça, onde o Estado se comprometa a dar uma folga de três por um aos policiais, ou seja, se ele trabalhar 24 horas, terá direito a 72 horas de folga. Então, a partir do ano que vem, se isso não estiver assinado, o Governo do Estado vai deixar de receber qualquer benefício por parte da SENASPE por não aderir a esse convênio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Meu caro colega, ao vir para a Assembleia Legislativa faço uma reflexão das dificuldades que temos nesta Casa, às vezes, até por problemas internos deste Poder, mas, Vossa Excelência é uma grata surpresa nesta Casa. Queria parabenizá-lo porque toda vez que ocupa essa tribuna é em defesa da categoria dos policiais, dos bombeiros e de outros segmentos sociais. Vossa Excelência tem dado demonstrações de ser um parlamentar no sentido mais estrito da palavra, mas quero me associar ao Senhor e dizer-lhe que está cumprindo com a sua parte, inclusive, ao pedir votos aos seus colegas Deputados. Eu acredito que irão votar no seu projeto, até porque ele é autorizativo, autoriza o Governo a fazer, e é um avanço. O ônus, a partir daí, passará a ser do Governo se ele não quiser cumprir o que está no seu Projeto de Lei. Estou vendo aqui com o Deputado Chagas que o jurista Miguel Reali Júnior diz que a Lei, no sentido técnico da palavra, só existe quando a norma é constitutiva de direito, ou seja, quando ela introduz algo de novo com caráter obrigatório no sistema jurídico em vigor. O seu projeto não é obrigatório, ele não obriga o Governo a fazer, infelizmente, porque era para ser assim. O Parlamento é quem faz as leis, mas, criou-se essa história de projetos autorizativos, como forma de defesa do Poder Executivo e as câmaras de Vereadores padecem disso, bem como a Câmara Federal e nós também. E o Governo vai navegando da maneira que achar que deve, ou cumpre ou não cumpre, porque a Assembleia perdeu este poder de obrigar o Governo a fazer alguma coisa, de deixar claro que ele teria que fazer, mas, Vossa Excelência está cumprindo com o seu papel, os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e do Relator foram todos pela aprovação. E, acredito que o próprio líder do Governo, Deputado Célio Wanderley, irá encaminhar o seu projeto para que seja aprovado, até porque é o início de uma nova discussão para que o Governo possa vir a cumprir o que está em lei se for do entendimento dele, embora eu não acredite, porque esse Governo, como se diz, promete com ou sem falta e falta com ou sem dúvida. Então, nós esperamos que a Assembleia aprove seu projeto. Vossa Excelência está de parabéns pela indicação e só nos resta pedir também a esta Casa que aprove o seu projeto. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado Deputado Ionilson pela sua contribuição. Nós entendemos que diante dessas dificuldades temos, enquanto legislador, que não obrigar o Governo a cumprir, pois o projeto é somente autorizativo, mas, com toda certeza, a aprovação do projeto será uma demonstração de força desta Casa. E, de antemão, quero agradecer ao líder do Governo por ter demonstrado está comprometido com a segurança pública. Acho que com esse Projeto não será diferente. Com certeza focaremos uma discussão mais ampla, mais aprofundada junto aos comandos das corporações, junto ao Governo do Estado, o que não podemos é permitir que fechemos os olhos para a situação e continuemos inertes vendo os policiais e bombeiros serem penalizados com uma escala de semiescravidão que existe principalmente no interior do Estado. Temos um exemplo que deu certo, o corpo de bombeiros, por decisão própria, estabeleceu uma escala de 24 por 72 horas, assim como o comando do 2º Batalhão da polícia militar, e temos recebido informações que tais ações foram proveitosas para o comando e para os policiais, pois houve diminuição de atestados médicos, aumentou o rendimento dos policiais e diminuiu a quantidade de

procedimentos administrativos internos em virtude dos policiais e bombeiros estarem satisfeitos com essa escala, tendo tempo para resolver suas questões pessoais, tais como: faculdade, saúde da família e outros. Então, não vejo o porquê de não termos uma escala adequada à Constituição, na qual o policial terá uma carga horária definida de 40 horas semanais. Sabemos que existem momentos de calamidades, de sítio e de emergências, aí sim é algo diferenciado, nesse momento não só a polícia militar, não só o corpo de bombeiros, mas os trabalhadores da saúde, toda a sociedade têm que se mobilizar e, não terá carga horária, nem hora para começar e nem para terminar. Agora, dentro da normalidade, queremos ser tratados como os demais servidores e queremos ter uma carga horária de 40 horas semanais, se ultrapassar, o Governo do Estado que nos remunere de acordo com a Constituição. Gostaria de agradecer ao Deputado Mecias, líder da Oposição, que já orientou a Bancada a votar pelo projeto. E, acredito que a posição do líder do bloco da maioria, Deputado Rodrigo Jucá, não será diferente. Conto com a sensibilidade dos Senhores e das Senhoras, principalmente do líder do Governo. Obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, caros colegas Deputados, servidores da Casa, imprensa, visitantes no nosso Plenário na manhã de hoje, eu quero iniciar explicando o que o Deputado Rodrigo Jucá falou, em uma só frase. Ele falou da diferença que existe entre eu e ele. A diferença que existe entre eu e Vossa Excelência, Senhor Deputado, é que eu faço, falo, mostro e não tenho medo de assinar as coisas que faço e Vossa Excelência é igual ao gato, dá o tapa e esconde a unha, se esconde atrás das coisas que Vossa Excelência faz. Aprendeu com o seu pai, no Senado Federal, a tramar, maquirar contra todo o mundo e se esconder, colocando a culpa nos seus colegas que estão aqui. Ontem, Senhor Presidente, estive aqui e relatei a perseguição que tenho sofrido e a estratégia daqueles que se dizem meus inimigos políticos, em antecipar as eleições de 2012 e 2014. Imaginam eles que o ideal é partir para uma disputa sem adversários e, por isso, praticam ataques covardes, sem provas contra minha pessoa, minha família e meus amigos. Hoje, prefiro falar de coisas boas, ações que marcam minha vida pública, principalmente, aquelas efetivadas em minha gestão como Presidente desta Casa. Foi em minha gestão que realizamos o antigo sonho de cada um dos Senhores e Senhoras, bravos servidores desta Casa, em concluir a obra da Associação dos Servidores da Assembleia, ASSEPOL, que estava há 12 anos abandonada, inacabada, e lá construímos áreas para a prática de vários esportes. Concluímos a obra, fizemos piscina e hoje, todos nós, servidores da Casa e sociedade, inclusive aqueles que forjam documentos para me sacanear, mas são a minoria, até eles, hoje, usufruem do benefício, do que nós construímos, quando não era sequer obrigação do Poder Legislativo, mas o fizemos. Criamos a ESCOLEGIS e a expandimos para duas unidades em Boa Vista e mais de cinco nos municípios do Estado. Hoje há Deputado que defende o fechamento da ESCOLEGIS, mas há tempos atrás, era um dos maiores entusiastas. A Escola do Legislativo já entregou mais de 30 mil certificados em todo o Estado de Roraima, treinou e qualificou os servidores desta Casa, das Câmaras e das Prefeituras Municipais. Estive lá em Iracema e vi na ESCOLEGIS vários cursos sendo ministrados na nossa gestão, para os servidores da Prefeitura, das Câmaras e para a sociedade em geral. Outra grande conquista da ESCOLEGIS foi o curso superior de Educação Legislativa, que beneficiou vários servidores desta Casa. Graças a dedicação da maioria dos servidores, dos Parlamentares e de várias instituições, criamos o CHAME que, rapidamente, se tornou uma referência na luta contra o fim da violência contra a mulher. E, aqui, nossa justa homenagem a Deputada Marília Pinto que com coragem, determinação e apoio de órgãos como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e a OAB, realizou esse sonho das famílias roraimenses criando o CHAME e o transformando em uma unidade de referência e de representação do Poder Legislativo. Demos total atenção aos servidores com dezenas de cursos de capacitação, na medida do possível. Melhoramos a questão salarial; pagamos direitos aos concursados; promovemos concurso público que a justiça acaba de assegurar que não houve nada de irregular e que, por isso, deve ser efetivado. Lembro-me, inclusive, que meus adversários diziam que eu tinha fraudado o concurso público da Assembleia e eu cheguei a dizer que se alguém tivesse fraudado o concurso público não seria nós, porque dos servidores da Assembleia que fizeram, nenhum era parente de Deputado, nenhum era meu parente nem servidor do meu gabinete, só um servidor da Assembleia passou, só um, e do Ministério Público Federal passaram dois. Então, se alguém fraudou foi lá, porque aqui nós não fraudamos. Além disso, instituímos

uma série de benefícios aos servidores desta Casa Legislativa com a criação do auxílio transporte, do auxílio-educação, auxílio saúde, auxílio alimentação. Destaco aqui o incentivo dado aos servidores desta Casa para que concluíssem suas graduações, bem como para que aqueles que já eram graduados fizessem suas pós-graduações. De forma inédita, percorremos todos os 15 Municípios de Roraima, nas memoráveis Sessões Itinerantes, homenageando os pioneiros de cada Município e de cada região, ouvindo as reivindicações populares e mostrando a cara de cada Parlamentar para o povo do nosso Estado. As Sessões Itinerantes foram um grande momento para este Poder, oportunidade em que os Deputados, os servidores e a população dos Municípios puderam estar em um ambiente saudável e produtivo, do ponto de vista das obrigações que temos com nosso Estado. Fomentamos parcerias com as Prefeituras e Câmaras municipais, levando conhecimento e outras formas de apoio para todos os Municípios. Publicamos milhares de livros, cartilhas e outros impresso, divulgando nossa Constituição, o Regimento Interno, o Código de Ética e outras Leis importantes para o nosso Estado. Transformamos o nosso modesto Hall em um centro cultural, e aqui aconteceram mais de 300 exposições de diversas manifestações culturais de nosso Estado, Pinturas, artesanatos, lançamento de livros, dentre outras, e isso fez com que o Conselho de Cultura do Estado de Roraima homenageasse esta Casa e a mim, individualmente, com uma Moção de Aplauso pelo trabalho que fizemos. Esse trabalho foi apolítico, técnico, e só tomávamos conhecimento de quem estava participando quando recebíamos o convite para estes eventos. Não se perguntava em quem esses artistas votaram. Outra inegável conquista, Senhor Presidente, foi a reforma da Casa, e os amigos que estão aqui no Plenário, as pessoas que nos visitam sabem muito bem disso, pois conheciam a Assembleia antiga, conheciam o Plenário antigo, e conhecem o nosso Plenário atual, um dos mais belos do Brasil. E muitos dos que diziam que eu fazia um bom trabalho antes, não dizem agora, porque agora acham que eu não estou mais no poder e não precisam mais me dizer isso. Há alguns que só sabem estar do lado do poder, só falam aquilo que beneficia o poder. Portanto, outra inegável conquista foi esta Casa. Vinte anos exprimidos em minúsculas salas no prédio antigo, há anos sem condições, em ruínas. Construimos uma nova sede. Essa obra foi contratada e realizada com preço de mercado, de tabela, e esse processo está muito bem acompanhado desde o início. Encaminhamos desde o início para o Ministério Público Estadual e para o Tribunal de Contas do Estado o orçamento da construção da nova sede, que foi acompanhado por uma comissão de Deputados desta Casa, a qual eu designei para acompanhar o projeto de reforma. E, se eu errei, esses Deputados também erraram, porque foram eles que acompanharam a obra. Mas, eu acredito neles e na honradez de cada um. Deputado Erci de Moraes, Vossa Excelência era membro da Comissão, bem como os Deputados Flamarion Portela, Jalser Renier, Laia, Marília Pinto e Rosinaldo Adolfo. Foram esses Deputados que compunham a Comissão que eu Criei. Fica Criado a Comissão Especial Externa para acompanhar e fiscalizar as obras de ampliação e reforma do prédio da Assembleia Legislativa. E, juntamente com a imprensa esses Deputados fiscalizaram várias vezes o seu andamento.

Contudo, Senhoras e Senhores, meus difamadores não falam uma coisa importante. A Lei dá uma garantia de cinco anos. Portanto, se houvesse algo a ser corrigido seria de responsabilidade da empresa nesse período. Hoje sou criticado por causa dessa obra. Mentem sobre o valor real da obra aqui investido, mas esquecem que os meus detratores estão envolvidos em escândalos reais que vemos todos os dias em outros setores, em especial na atual administração do Estado na obra do Anel Viário, da BR-174, da BR-210 e dos cacimbões. Na semana que vem eu vou trazer provas de que os cacimbões foi uma lavagem de dinheiro. Eles nunca serviram para o produtores rurais. Os cacimbões foi lavagem de dinheiro onde e as empresas emitiram notas fiscais, os prefeitos assinaram cheques, o dinheiro foi desviado e as empresas ficaram apenas com o dinheiro do imposto. Por isso, na semana que vem, eu vou provar aqui no Plenário. Graças ao empenho dos Parlamentares e ao incentivo dado pela Mesa Diretora de então, o Poder Legislativo roraimense passou a ser mais respeitado, ter mais visibilidade dentro e fora do Estado, passou a ser mais efetivo e mais combativo em defesa da sociedade e das prerrogativas de seus membros. Como Presidente, procurei conduzir o poder sem titubear, sem deixar prosperar mentiras, intrigas, discórdias entre seus membros e entre os servidores desta Casa. Apesar das diferenças políticas, éramos 24 Parlamentares unidos em torno dos mesmos objetivos. Os doze companheiros que conseguiram a

reeleição são testemunhas de cada palavra em minha, do que estou dizendo, dentro e fora do Plenário sempre houve algo maior: o Poder Legislativo. Procuramos sempre manter elevada a autoestima dos Parlamentares e dos servidores desta Casa.

Mas, Senhoras e Senhores Parlamentares, se tudo isto é do conhecimento de Vossas Excelências, qual a razão do meu discurso? Simples, é que de repente, tudo isso que está registrado, que não será simplesmente apagado pelos poucos, parece que não tem nenhum valor. Hoje, culpam-me, por questões, as quais eu não poderia ser culpado, pois não sou mais o Presidente desta Casa. E fico feliz que o Deputado Rodrigo Jucá diga aqui, como disse agora, que eu não dou mais as cartas aqui, e nem tento dar. Não sou nem membro da Mesa e não quis ser. Há poucos dias atrás, Vossa Excelência e alguns aliados seus disseram para os outros que a Assembleia não anda porque eu ainda mando na Casa, mas, hoje, Vossa Excelência deixou claro que não sou eu quem dou as cartas mais aqui. Falam que eu deixei dívidas. Ora, Senhor Presidente, então diga aqui quais foram as dívidas que eu deixei o ano passado? Diga para todos os Deputados, para a imprensa, para o povo saber! Eu quero saber também porque não me consta nenhuma dívida deixada na minha administração para a administração atual. Nenhuma! Fomentam boatos e tentam macular a minha imagem e a minha gestão de forma maldosa, perversa.

Gostaria de solicitar, Senhor Presidente, que Vossa Excelência diga aos Deputados e a população quais as dívidas que deixei. Outra injúria feita contra a minha gestão é que eu contratei muitos servidores. Ora, eu quero que Vossa Excelência mostre quantos servidores eu deixei na Casa e quantos existem hoje. E vamos saber quem contratou mais. Se a atual administração ou a minha. Vamos colocar as cartas na mesa, jogar limpo. Eu criei o CHAME e é justo que os servidores do fossem contratados na nossa administração, senão, como era que iria funcionar? Eu criei sete Escolas do Legislativo e é justo que os servidores também fossem contratados na nossa administração, senão como iria funcionar? Eu construí esse prédio, o triplo do outro. É claro que para funcionar bem teria que contratar mais servidores e nós não poderíamos esperar essa administração para funcionar não! E, quando eu cheguei aqui, como Presidente, nunca disse aquele ali quem indicou foi fulano, demite. Nunca fiz isso. Fiquei até sabendo que uma servidora da Casa disse que eu tinha a demitido e que ela atravessou a rua e falou com o Flamarion, na época Governador, e que ele a mandou voltar. Mentira dela! Nunca demiti nenhum funcionário e o Governador Flamarion nunca me pediu isso, porque ele sabe que eu nunca demiti ninguém aqui por perseguição política. Meus opositores atentam contra a integridade de minha família, envolvem meus amigos de modo premeditado, se julgam superiores, acham que estão acima de todos. São seres superiores, espíritos elevados da terra; só que espíritos do mal. Enquanto meus adversários se preocupam em divulgar dossiê contra a minha pessoa, Roraima acaba de completar 23 anos e não há nada para se comemorar. A BR-174 está destruída, mesmo depois de ter recebido o maior volume de recursos da história de Roraima.

Senhor Presidente, eu vou continuar meu discurso depois, poi ainda falta muito. Semana que vem eu volto para completar meu discurso. Muito obrigado a Vossa Excelência. Muito obrigado a todos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes neste Plenário, depois de ouvir o discurso do Deputado Sampaio, do Deputado Rodrigo Jucá, do ex-Presidente desta Casa, Mecias de Jesus, venho fazer um apelo aos membros deste Poder, eu sou um Deputado que não tem experiência de parlamento, mas por não ter experiência e vendo os senhores aqui que têm essa experiência, como o Presidente da Casa, a Deputada Aurelina, o Deputado Célio Wanderley, nosso corregedor, o Deputado Erci de Moraes, é que eu quero fazer um apelo. Hoje assisti aqui desabafo de pessoas que estão sofrendo algum tipo de perseguição através da mídia, de pessoas que abrirem o diálogo aqui, o debate do contraditório, que têm problemas pessoais. Então, gostaria de falar de uma coisa que não é pessoal, se não tenho a experiência de parlamento que muitos dos senhores têm, tenho a experiência da idade, da vida, e na vida, quanto mais a gente apanha, mais a gente aprende. E, toda vez que a gente erra, a gente aprende. É por esse caminho que quero fazer um apelo ao parlamento de Roraima. O orçamento está na Casa para discutirmos. Temos problemas na área da saúde, que são problemas sérios, na área da segurança pública. Estão aqui os colegas do DETRAN na ânsia de encontrar uma solução, bem como o pessoal da segurança pública, da saúde. A quem precisamos dar uma resposta? A nossa sociedade, mesmo que a gente cometa erros, mas a sociedade de Roraima espera que o parlamento volte para o

grande debate das causas sociais do nosso Estado. Precisamos discutir com serenidade, com cautela o que está sendo proposto aqui. Já votamos algumas coisas relevantes, discutíveis na área do saber jurídico do nosso Estado, mas, a grande parcela que não são da área do saber jurídico esperam uma resposta da Assembleia Legislativa. Faço esse apelo para abrimos o debate. Sei da experiência do Deputado Flamarion, ex-Governador, do ex-Presidente da Casa, Mecias de Jesus. Não tenho a experiência dos Senhores, mas quero aprender com os senhores. Precisamos retomar o processo das votações na Casa para que possamos servir e dizer ao povo que valeu a pena eu ser eleito e representar com orgulho uma parte da sociedade que votou em mim, e que votaram nos senhores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento. Vossa Excelência não precisaria estar fazendo correções hoje aqui se não houvesse aqueles que atacam na surdina como aves de rapina, e nem eu precisaria estar vindo aqui me defender, por estar sendo atacado por aves de rapina que não botam a digital verdadeira, por isso, tenho que me defender. Mas, me junto a Vossa Excelência, pois nunca fugi ao debate, nem da aprovação de projetos de interesse da sociedade como os que estão aqui no Plenário esperando por nós. Vamos a luta. Obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Deputado, só queria lhe parabenizar pela sua inexperiência e pela sua visão que acabou de apresentar aqui. Esta Casa não é o local para se discutir questões pessoais, e me entristece, às vezes, a oportunidade que se perde de discutir aqui aquilo que a sociedade espera de nós. Parabéns. Obrigada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Obrigado aos senhores Deputados pelo aparte. Era o que tinha a dizer senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 006/11, que dispõe sobre a padronização das escalas de serviço dos policiais e bombeiros militares do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto com o Parecer.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede questão de ordem – Senhor Presidente, o Projeto está sendo lido no momento. Ontem foi lido e discutido, foi pedido apenas o adiamento de votação. Então, hoje, automaticamente, entra em votação e não mais em discussão, pois ele foi discutido ontem, e hoje caberia apenas votação.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em votação o projeto. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando o projeto, votando “não”, estarão rejeitando-o.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Em virtude do parecer da PROGE pela inconstitucionalidade da matéria, oriento pela rejeição.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, gostaria de dizer aos Senhores Deputados que o projeto é autorizativo. Encaminho a votação pela aprovação da matéria, explicando aos Senhores Deputados que o projeto não é inconstitucional, é autorizativo. Portanto, gostaria de pedir aos Senhores Deputados que votem favorável, principalmente os Deputados de oposição.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede justificativa de voto – Presidente, eu estranhei a orientação do líder do governo ao dizer que o projeto é inconstitucional. Em momento algum foi o parecer da PROGE. Isso é uma inverdade, pelo contrário, a CCJ, a relatora Aurilena, a Comissão de Segurança Pública e Administração foram favoráveis e a Comissão de Direitos Humanos também. As três Comissões em que tramitou o projeto foram favoráveis. Se a base governista não quer votar, alegue outro motivo. Entendam que o policial não tenha direito a folga, a uma escala digna, assumam. E digo mais, esse discurso que o comando da Polícia Militar não sabe gerir a corporação, por exemplo, está nesta Casa aqui, enquanto o Deputado Célio, no Amajari, tem dois policiais, nós temos Deputados nesta Casa, a exemplo do Coronel Chagas, que têm quatro policiais à sua disposição. Isso sim é uma falta de respeito para com os policiais e para com a sociedade. Vou requerer desta Mesa providências, e justificativa do Coronel Chagas, juntamente ao comando da Corporação articulando providências. Voto sim Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede justificativa de voto – Senhor Presidente, voto pela aprovação do projeto. Quero parabenizar

o Deputado Sampaio pelo excelente projeto que visa atender as necessidades dos profissionais de segurança pública. E, quero frisar que todo e qualquer projeto que venha a beneficiar a classe trabalhadora deste Estado contará com o meu apoio, a exemplo do DETRAN que está aqui aguardando. Gostaria que o projeto fosse votado hoje para votarmos a favor. Voto pela aprovação do projeto.

O Senhor Deputado Coronel Chagas pede justificativa de voto – É louvável a iniciativa do Deputado Soldado Sampaio. Todos sabem da necessidade de se fazer a regulamentação da jornada de trabalho dos policiais na corporação, entretanto, mesmo sabendo que esse é um projeto de lei inconstitucional, como sendo oriundo da Polícia Militar, não poderia deixar de registrar a minha posição, muita embora saiba que o meu parecer no projeto de lei foi que fosse transformado em Indicação, porque desta forma como está não seria viável, Deputado Soldado Sampaio sabe disse, pois questionamos isso durante a tramitação desse projeto, e o Deputado me falou que estava apenas apresentando, mesmo sabendo que iria para frente, porque iria fazer barulho. Esse era o objetivo principal. Temos hoje na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros uma escala muito boa. No Corpo de Bombeiros a escala é de 24 horas por 72 de folga. Está aqui o Comandante geral do Corpo de Bombeiros. Na Polícia Militar, da mesma forma o comando está fazendo. O projeto de lei, muito embora esteja votando favorável, prevê a cada 05 dias, um dia de trabalho. Vai ser a melhor folga a ser adotada em todo Brasil, ou seja, a cada mês o nosso policial vai trabalhar 06 dias. Ora, se as corporações da PM e do Corpo de Bombeiros conseguirem, efetivamente, Senhor Presidente, adotar isso, seria fantástico para os nossos policiais militares e bombeiros militares. Entretanto, se adotássemos isso, teríamos que ir para a questão do mérito, o que não foi discutido em nenhuma das comissões, foi discutido apenas se era constitucional ou não. E nós, em posse de informações dos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, sabemos que se implantássemos esse mês essa escala pretendida no projeto de lei do Deputado Soldado Sampaio, as duas corporações teriam que fechar, ou pelo menos trinta por cento dos postos de serviço dessa corporações, comprometendo a segurança pública do Estado. Nós, Deputados, precisamos ter responsabilidade nisso. Voto favorável para que o Governo pegue esse projeto, analise e verifique se é viável, e mande uma proposta plausível para esta Casa. Era esse o nosso posicionamento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – A votação está empatada e eu vou desempatar. Como eu nunca votei matérias autorizativas por acreditar que têm o intuito de enganar o eleitor, meu voto é com o do meu líder, voto não. Portanto, está rejeitada a matéria.

Não havendo mais matérias para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, lamento a posição da maioria dos membros da Casa. É uma falta de respeito para com os policiais e bombeiros essa discussão que é autorizativo. Passou nas comissões, inclusive, a relatora, a Deputada Aurelina, fez os ajuste, corrigiu. Não tenho sombras de dúvida que a justiça do Estado de Roraima vai determinar ao comando da corporação que regule a carga horária de policiais e bombeiros. Não vamos permitir que continue, Deputado, o que foi decidido nesta Casa, não vou abrir mão. Entrarei com outra proposta, apresentarei uma Emenda à Constituição, já tenho assinatura suficiente para colocar na Constituição do Estado a carga horária para os policiais e bombeiros militares. Fico triste pelos colegas se posicionarem dessa forma, ao acreditarem na falácia do Comando da corporação da Polícia Militar dizendo que não há efetivo. Efetivo há, existe é desvio de função, isso é o que existe hoje. Eu quero saber como é que o Comando da Polícia Militar vai se explicar para a justiça, se está aqui o decreto 7443, de 23 de fevereiro de 2011, onde o governo, para receber qualquer recurso do SENASP, inclusive o bolsa formação, que é em torno de 400 reais que muitos policiais do Estado recebem como forma de complemento que a União paga, vai deixar de receber essa bolsa, e o responsável chama-se Comando da Polícia Militar. Com sua base e com o voto do Coronel Chagas, esse sim foi discurso para eleitor. Vossa excelência passou o dia articulando junto a base governista, pediu apoio ao líder do Governo e votou favorável. O Deputado Chicão que tem um discussão eleitoral, amanhã ou depois estará dizendo na praça que foi favorável. Isso sim é uma falta de respeito com os policiais. Entendo que esta Casa poderia ter tomado uma decisão diferente, demonstrando boa vontade para com a segurança pública, mesmo o projeto sendo autorizativo. Nós entendemos que o policial militar tem direito a uma folga respeitável, que o policial tem que trabalhar 40 horas semanais.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, e vou para dentro da Polícia Militar, primeiro, que fiz um requerimento, aprovado nesse plenário, pedindo explicações do pagamento das diárias para os policiais militares. A SEFAZ nos deu resposta, mas o Comando da Polícia Militar não mandou, desrespeitando a Assembleia. Um requerimento aprovado em plenário há mais de 60 dias e sequer o comando mandou resposta ainda, e vou para dentro da polícia militar para saber onde está lotado cada policial, e vou constatar, não tenho sombra de dúvida, que nesta Casa há policiais como citei há pouco, Deputados com quatro seguranças à disposição. Inclusive, o Deputado Mecias tem dois ou três amparados pela resolução aprovada nesta Casa, e os demais? Então, Senhor Presidente, fico triste com o posicionamento desta Casa em desvalorizar os policiais. Não venham com discurso diferente. Hoje, a base governista, a partir do momento que reprovou esse projeto, demonstrou uma falta de compromisso com a segurança. Essa falta de compromisso já perdura por 12 anos. Nós temos policiais em cadeira de rodas, tetraplégico, com meningite e não podem se aposentar, e o comando da polícia está cometendo improbidade administrativa, porque não há uma legislação. Pagamos a previdência e a previdência não reconhece, e o governo do Estado vem com falácia que vai investir na segurança pública. Santa paciência, achando que somos soldados cabeça de papel ou temos o nariz furado, é uma falta de respeito. E, esta casa tinha a oportunidade, mesmo sendo autorizativo, de demonstrar boa vontade para com os policiais e bombeiros militares.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Senhor Presidente, faço uso do Expediente de explicações Pessoais para parabenizar o Deputado Soldado Sampaio pela iniciativa. Que o Senhor continue seu trabalho, pois, com certeza, estará sendo reconhecido pela corporação. O que me estranha aqui hoje é o voto do Deputado Coronel Chagas, que passou a manhã toda pedindo voto contra, inclusive, eu vi aqui ele pedindo do Deputado Jean que votasse contra. Agora, mediante a plateia, para sair bonito frente à corporação, o Senhor dar o seu voto favorável, deveria votar contra também.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Gostaria de pedir aos Deputados que respeitem a posição dos colegas. Aqui é uma Casa democrática, onde uns perdem outros ganham, e assim as coisas acontecem. E, gostaria de pedir a plateia que se comportasse, porque senão vamos encerrar a Sessão.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, no Expediente de Explicações Pessoais quero me juntar ao posicionamento do Deputado Sampaio, e aos amigos da polícia que seriam beneficiados com esse Projeto. Quero dizer o seguinte: os Tribunais de Justiça, de Conta, geralmente, depois de uma decisão ou duas eles não fazem jurisprudência, e aquele fato tem que ser votado sempre do mesmo jeito por aquele tribunal. Aqui na Assembleia Legislativa, apesar de não ser um tribunal, ser a Casa do povo, a gente tem que tomar algumas providências nesse sentido. Este ano, esta Casa já votou Projeto autorizativo e aprovou, porque que só esse que é da oposição não pode ser aprovado. Eu lamento quando um Deputado pega um projeto, dá Parecer favorável e depois vota contra, é lamentável isso, mas eu não quero entrar nesse mérito.

Senhor Presidente, falaram aqui a respeito de policiais que estão à disposição. Eu tenho mesmo. Estou na oposição, fui Presidente nesta Casa durante oito anos e preciso de segurança, porque as aves de rapina estão tramando contra a minha pessoa há muito tempo. Eu preciso. Aliás, acho que tem aumentar o efetivo, pois isso não é desculpa para o governo não botar policiais na rua. A obrigação do governo é dar segurança para o cidadão, para todos, bem como para os Deputados. Muito obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Presidente, antes de tudo eu quero me justificar. Quando entrou o Projeto do Deputado Sampaio havia um Parecer pela inconstitucionalidade. Da forma que se encontrava, eu fiz uma Emenda tornando esse projeto autorizativo. Eu desconhecia nesse momento que fiz o Parecer, que o projeto autorizativo também é inconstitucional. Quem conhece o meu posicionamento nesta Casa sabe que não costume me eleger fazendo continência com o chapéu de ninguém, sabe do meu posicionamento contra matéria inconstitucional, porque é obrigação deste parlamento votar aquilo que é legal, por isso votei “não”. Não estou aqui para fazer graça, votar ilegalidades, votar inconstitucionalidades, porque é claro, qualquer pessoa sabe constitucionalmente qual é a nossa função e aquilo que é exclusividade do executivo. Se a polícia militar tem contingente de policiais para trabalhar uma vez por semana, quero pedir aqui que seja cancelado pelo menos o propósito de realizar

concurso público para a polícia militar, porque ela não está precisando de policiais. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, meu nome foi citado pelo colega Deputado Dhiego Coelho, que eu teria pedido voto para ele para votar contra. O Deputado Dhiego faltou com a verdade e ele sabe disso. O Deputado Soldado Sampaio apresentou um projeto em que nós tivemos a oportunidade de ser Relator na Comissão de Segurança Pública. Nós elogiamos a iniciativa do Deputado, falamos das necessidades de se regulamentar efetivamente as escalas de serviços, não por lei, mas por ato do executivo regulamentado, falamos da necessidade de se regulamentar através de lei, mas que o projeto tinha visto de iniciativa e demos um Parecer de seis laudos dizendo que se discutisse a proposição do Deputado no âmbito da Comissão, para verificar sua viabilidade e a de se fazer uma indicação ao governo, que é uma proposição com a mesma força. Como policial votei favorável sabendo, efetivamente, que mesmo que passasse o Projeto de Lei fatalmente a PROJE, daria o Parecer pela inconstitucionalidade nesse sentido, porque gera despesa e o governo teria que vetar, e todo o esforço do Deputado Sampaio teria sido em vão, enquanto através de uma indicação do trabalho político teríamos mais resultados. É assim que temos conseguido as conquistas para a categoria, através do dialogo e não através do discurso reacionário. O Deputado cita, também, que tenho quatro seguranças. Não tenho, tenho companheiros que me auxiliam até porque sou ameaçado de morte por causa do meu trabalho como Secretário de Justiça e Cidadania no desbaratamento de quadrilhas de extermínio, inclusive, pela transferência de presos para presídios de outros Estados. Isso confirmado pelas forças policiais. Não tenho esse número de policiais que o Deputado alega. Agora, sei de companheiros, inclusive, pois existe inquérito policial aberto para apurar, que tinham mais de 150 policiais militares que apresentaram atestado médico na véspera de eleição para trabalhar para o cara se eleger. Isso está sendo apurado e ainda vai chegar na justiça eleitoral. Então, essas coisas a sociedade tem que ter conhecimento. Temos que trabalhar aqui com responsabilidade e não fazendo acusações, quem vive de acusação constrói um castelo de areia, arruma inimizade com todo mundo, não é assim que se trabalha, não é assim que se constrói políticas públicas de interesse do bem comum. Acredito que esta Casa está trabalhando nesse sentido, muito embora haja uma ou outra situação que se afasta desse propósito. Então, Senhor Presidente, quero dizer, também, que recebemos no dia de hoje uma solicitação da Comunidade Indígena do Malua, Comunidade com mais de mil habitantes, que estão sem energia no centro da Vila prejudicando o abastecimento de água e as aulas há uma semana, solicitação que levo ao Líder do Governo para que seja feita a regularização junto a CER no sentido de levar um novo transformador de 75 KVA. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero parabenizar a atitude do Deputado Sampaio por pleitear a aprovação de um projeto que vem atender os interesses dos policiais militares e, falar aqui para os Deputados de situação que entraram na discussão da inconstitucionalidade desse projeto, que esse projeto não é inconstitucional, senão não teria chegado na Ordem do Dia. Senhor Presidente, inconstitucional é o projeto que veio diretamente para a Mesa de Vossa Excelência, que foi colocado na Ordem do Dia na quinta-feira passada sem sequer ter o Parecer da Casa Legislativa, que diz respeito a terceirização do pátio do DETRAN. Esse sim é inconstitucional, porque autoriza a iniciativa privada a cobrar taxa, que só quem pode cobrar é o poder público, e a taxa não pode ser repassada. Esse projeto não pode ser votado, porque contraria totalmente os interesses do povo do nosso Estado e sobrecarrega com uma multa na carga tributária ainda mais inacessível, aqueles que sequer conseguem o alimento, o pão de cada dia.

Quero pedir a Vossa Excelência, a base do governo e a todos, que sejamos parceiros dos colaboradores do DETRAN que estão aqui há meses pedindo que coloquem em pauta o projeto. Vamos colocar o Projeto do DETRAN para votação, pois nosso trabalho é votar. Nós precisamos dar uma resposta a eles. Vamos votar, não temos nada a esconder. Quero parabenizar a manifestação pública, ordeira e pacífica de todos os cidadãos que estão aqui na Casa do povo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Eu queria pedir a Vossa Excelência que falasse a verdade, porque em nenhum momento esse projeto do DETRAN passou por aqui. Ele ainda está nas Comissões. A nossa obrigação é colocar o projeto em votação quando ele já estiver passado pelas comissões.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, eu quero convidar os membros da Comissão de Educação para nos deslocarmos até a UERR, para fazermos um levantamento das necessidades da Universidade, elaborarmos um relatório e viabilizarmos, através do orçamento, melhores instalações para os funcionários e para os alunos.

Quero parabenizar o Parlamento por voltarmos a retomarmos as discussões que beneficiam a sociedade, pois esse é o papel do Parlamento. Estão de parabéns todos os Parlamentares que retomaram os debates das votações e do contraditório.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, só queria fazer uma menção ao pronunciamento do Deputado Mecias de Jesus para dizer que não sou homem de arrodeios, o que eu faço, eu assumo. O Requerimento que eu fiz pedindo o fechamento da Escolégis é de minha autoria e o fiz por três fatores: primeiro, a Escolégis não cumpre mais com suas funções sociais em decorrência do gerenciamento; segundo, virou um cabide de emprego e comitê eleitoral; terceiro, Vossa Excelência tem conhecimento da situação em que vive o Poder Legislativo com relação à contenção de gastos, e manter a Escolégis se torna muito oneroso. Então, em decorrência disso, eu assumo a autoria desse Requerimento.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, eu só quero parabenizar o Deputado Sampaio pela iniciativa do projeto, e dizer que seria uma aberração, com a insegurança que se instalou hoje no nosso Estado, aprovarmos um projeto onde o policial militar passaria 72 horas sem trabalhar. Hoje, nós não temos efetivo para isso. Então, seria irresponsabilidade nossa aprovar esse projeto.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Senhor Presidente, eu queria louvar a iniciativa do meu colega Soldado Sampaio, e dizer que vi hoje no Deputado Soldado Sampaio o Deputado Damosiel em seu primeiro mandato. No meu primeiro mandato, quando eu trazia alguma discussão referente à Polícia Militar, ainda na base do Governo, eu era massacrado por defender alguma melhoria para a Polícia Militar, tudo estratégia de quem não queria que o Sargento Damosiel e muito menos o Soldado Sampaio fizessem algo de bom pela PM. Queria dizer que o Governo do Estado não prioriza a Polícia Militar no tocante a qualidade de serviço, porque nós, há uns dois anos atrás, eu e o Soldado Sampaio, intermediamos e lutamos para que a greve não acontecesse. O Governo do Estado assinou um acordo com os grevistas e esse acordo até hoje nunca saiu do papel. O que o Deputado Soldado Sampaio cobrou ainda há pouco com relação à legislação da Polícia Militar está corretíssimo, não entendo porque essa legislação não chega para a adequarmos a nossa realidade. As nossas leis estão ultrapassadas e há muita coisa que poderíamos fazer para melhorar a vida dos policiais militares e bombeiros militares. Mas, infelizmente, todas às vezes que cobramos aqui, o Governo diz que está na PROGE e no Comando e aqui nunca chega. Então, para mim, só esse fato já configura uma falta de compromisso com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros. E, esse projeto é autorizativo, o Governo só implementaria se quisesse. Contudo, a iniciativa do Deputado Sampaio é louvável e eu, oriundo dessa instituição, não poderia deixar de apoiar essas manifestações que podem sair de qualquer Deputado, mas que venham a dar uma melhor qualidade de vida e melhores condições de serviços para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Portanto, não entendo aqui, o posicionamento de alguns Parlamentares em não querer aprovar o projeto, pois o mesmo não é inconstitucional. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, tenho verificado o comportamento da nossa assessoria jurídica quanto aos projetos autorizativos. Eu aprofundi um estudo com relação a essa questão porque estou relatando uma indicação que o Deputado Brito Bezerra fez em 15/02/11, para retirar parte do ICMS da cesta básica, ou seja, reduzi-lo para 7% como muitas unidades da federação já fazem, mas o Governo ainda não deu uma resposta, e o Deputado Brito transformou essa indicação em um projeto autorizativo. Eu já tive um projeto autorizativo aprovado na legislação passada, cujo relator foi o Deputado Erci de Moraes, concedendo 30% de desconto no IPVA aos condutores que não tiveram nenhuma infração de trânsito durante o ano, porque o Estado é sempre muito bom para meter a mão no bolso do contribuinte, mas quando é para beneficiar, nunca é. Então, eu quis pegar o exemplo daquele que é correto para que outros possam copiar. O Governador vetou e faltou um voto aqui para derrubar o veto do Governador. Apresentei esse projeto esse ano novamente como projeto autorizativo, depois o Deputado Jean apresentou outro projeto no

mesmo modelo do meu, só que reduzindo a alíquota para 15%. Eu comecei a fazer um estudo sobre projeto autorizativo e tenho aqui em minhas mãos um Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, feito pelo Senador Josafá Marinho, não só um Senador brilhante, mas um jurista de renome nacional, onde ele diz nas suas conclusões, citando, inclusive, a decisão do Ministro Celso de Melo, que não são inconstitucionais os projetos autorizativos. Nós recebemos do DETRAN um projeto autorizativo do Executivo para terceirizar as multas, e do Executivo um projeto autorizativo que é a Lei Orçamentária. Por que o Executivo pode e o Legislativo não? Eu vou ler a conclusão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado feita pela lavra do jurista renomado Josafá Marinho: “descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa; descabe a autorização de toda e qualquer lei autorizativa em geral sob a sua constitucionalidade e judicialidade. A lei autorizativa administrativa, orçamentária e tributária tem apoio doutrinário, jurídico e legal encontrando confirmação jurisdicional quanto a sua essência e formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade”.

O que me estranha é que muda a legislatura e vem advogado aqui, dizer que é inconstitucional o projeto autorizativo, quando na legislatura passada não era. Outra coisa, quantas vezes nós aprovamos aqui, neste Plenário, Pedido de Informação ao Executivo, e não vem nenhuma resposta e o Poder Legislativo não se posiciona. Nós temos vários exemplos aqui, pois é obrigação, impreterivelmente, do Executivo cumprir, principalmente se for aprovado pelo Poder Legislativo na sua integridade. Eu não iria tratar desse assunto aqui, e sim na Comissão Especial, mas vou demonstrar para os nossos constitucionalistas da Casa que projeto autorizativo é cabível sim.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Deputado Flamarion, com relação ao Pedido de Informação, na verdade, está existindo uma falha muito grande, mas isso vai ser corrigido. Ontem, em reunião com a Mesa Diretora nós decidimos e vamos designar um Deputado para cuidar exclusivamente de Pedido de Informação.

Com relação aos projetos autorizativos, eu fui bem claro, não favorável porque ainda não vi um projeto autorizativo ser executado. Não faço indicação porque nunca vi ser atendida uma indicação de Deputado aqui. Então, é perda de tempo. É enganar eleitor. Eu não faço e não voto porque não adianta. Projeto autorizativo e nada é a mesma coisa.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Presidente, não há da minha parte nenhum questionamento quanto ao seu voto, é o livre arbítrio de Vossa Excelência, eu estou me referindo aos nossos processos que chegam na Comissão de Justiça com o Parecer da Consultoria. Vossa Excelência tem isso como doutrina, regra e nós respeitamos, não há nenhum questionamento do seu voto, entretanto, a partir de agora vou contrariar Vossa consultoria a dar Parecer favorável ao projeto do Deputado Brito, e se quiser que venha para o Plenário e derrube, pois não vou mais aceitar a inconstitucionalidade vindo de lá, porque o trabalho do legislativo fica castrado, capenga. Nós votamos projetos de todos os políticos, instituições, mas não temos boa vontade de votarmos os dos nossos colegas. Obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, quero convocá-los para uma reunião das Comissões em Conjunto após a Sessão, para que possamos votar uma série de Projetos que estão em pauta, inclusive, o do DETRAN referente ao plano de cargos e salários e, como Presidente da CCJ, gostaria de solicitar ao Deputado Flamarion que nos dê acesso a esse importante estudo que para nossa Comissão é vital. Como somos da Comissão que analisa a inconstitucionalidade de todos os projetos que tramitam por esta Casa, esse estudo feito por Vossa Excelência é da mais alta importância e do maior interesse da Comissão, da qual sou Presidente e Vossa Excelência é Vice-presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de encerrar, quero pedir aos Senhores Deputados, pois nós temos uns 100 números de projetos tramitando nesta Casa, inclusive de 2003, para que juntássemos todos esses projetos e fizesse um mutirão de todas as Comissões, para que possamos dar uma limpada ainda este ano. Quero por fim, agradecer a presença de todos e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 20, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio. Aprovada Ata Sucinta em: 20/10/2011